



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

## PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL

## ATA DA 198ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2022

Em 06 de dezembro de 2022, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), por meio de videoconferência. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: Presidente Marília Carvalho de Melo, Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Representantes do poder público: Ariel Chaves Santana Miranda, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Igor Arci Gomes, da Secretaria de Estado de Cultura (Secult); Augusta Isabel Junqueira Fagundes, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Camila Barbosa Neves, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Daniela Fernandes César, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Henriqueta Vasconcelos Lemos Correia, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Mariana de Resende Franco, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese); Frederico Amaral e Silva, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Leorges de Araújo Rodrigues, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Elisa Vieira Marques Brigagão Dias, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Major PM Eduardo Leal Silva, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec); Alírio Ferreira Mendes Junior, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Cap. PM Adenilson Brito, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Lucas Marques Trindade, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); Hilcélia Reis Teixeira, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Pedro Paulo Ribeiro Mendes de Assis Fonseca, do Ministério de Meio Ambiente (MMA); Rodrigo Lázaro, da Associação Mineira de Municípios (AMM). Representantes da sociedade civil: Cleinis de Faria e Silva, da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas); Ana Paula Bicalho de Mello, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Flávio Roscoe Nogueira, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Conselho da Micro e Pequena Empresa da Fiemg; Afonso Correa Diana, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Alexandre Valadares Mello, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-MG); Flávia Mourão Parreira do Amaral, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Ana Beatriz Rocholi, da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Promutuca); Carlos Wagner Gonçalves Andrade Coelho, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet); Lavínia Rosa Rodrigues, da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg); Luiz Antônio Coimbra Borges, da Universidade Federal de Lavras (Ufla); João Augusto Hilário de Souza, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg); Rafael Lopes Nappo, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG); Celso Bandeira de Melo Ribeiro, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro). Ausentes na reunião: Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Espeleogruppo Pains (EPA); e Movimento Verde de Paracatu (Mover). **Assuntos de pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Presidente Marília Carvalho de Melo: “Boa tarde a todos e a todas. Informo que nós já temos quórum constituído. Então vamos dar início a nossa 198ª Reunião Ordinária do Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais. Vamos iniciar com a Execução do Hino Nacional Brasileiro. [Execução do Hino Nacional Brasileiro].” Vamos para o nosso item 2 da pauta da reunião de hoje.” **2) ABERTURA.** Presidente Marília Carvalho de Melo: “Dar boas-vindas ao Rafael Lopes, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Conselheiro que participa pela primeira vez da nossa reunião. Item 3.” **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS E**

**ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Marília Carvalho de Melo: “Pergunto se tem inscrições dos Conselheiros? Conselheira Flávia Mourão, representante da Abes, por favor.” Conselheira Flávia Parreira Mourão do Amaral: “Boa tarde Presidente, boa tarde colegas do Copam. A minha questão era só uma pergunta com relação ao manifesto apresentado pelas entidades na última reunião, que gerou uma renúncia coletiva de 7 entidades. E a Presidente da reunião no dia, Valéria, comunicou que seria feito uma reunião posteriormente para tratar sobre isso, reunião com entidades. Depois da reunião da Copam, houve inclusive uma convocação de uma audiência pública na Assembleia Legislativa para discutir o assunto, mas parece que houve também uma confusão, não que isso tem a ver diretamente com as decisões do Copam, mas a audiência parece que não houve espaço para fazer um debate adequado, inclusive pela forma como foi feita a composição da mesa, essa audiência foi no dia 01 de dezembro. Depois então, nós já estamos em processo eleitoral do Copam, venceu o prazo de inscrições, me parece que as entidades, não sei o resultado ainda das inscrições, mas eu gostaria só de ter um retorno. Além da nota que a Secretaria expediu, respondendo aos pontos que foram colocados pela entidade no manifesto, eu queria saber se houve outros desdobramentos, se houve algum tipo de reunião com as entidades, se foi feita uma tentativa direta de esclarecimento como havia sido prometido pela Valéria na reunião passada. Obrigada.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada Conselheira. Eu vou responder a Conselheira antes de abrir para o próximo inscrito. A manifestação do Sisema sobre os pontos elencados na nota das 7 entidades foi encaminhada para todos os senhores, trazendo alguns esclarecimentos sobre os pontos colocados, acho que todos tiveram ciência, não seria agora o momento de a gente discutir ponto a ponto, também estamos a disposição caso os Conselheiros tenham alguma dúvida sobre o posicionamento do Sisema em relação a isso. Nós fizemos na data de ontem reunião com algumas dessas ONGs, não todas, discutimos alguns pontos com eles, não estavam todas presentes, vou voltar a ressaltar. Obviamente nós reforçamos aqui o nosso entendimento da importância da participação de todos neste Conselho, das contribuições da sociedade civil. Eu até, Conselheira Flávia, pedi que resgatasse aqui na Secretaria Executiva algumas falas minhas em reuniões anteriores onde a gente inclusive fez a provocação que no nosso entendimento, esse Conselho precisa ser mais propositivo. Esse Conselho é um Conselho de formulação de políticas públicas, eu mencionei nas duas falas que nesse Plenário, enquanto eu presido nos últimos dois anos, nós recebemos algumas solicitações, de apresentação, de informações que foram apresentadas e respondidas, inclusive a gente tem uma apresentação hoje que vai abordar um pouco sobre esse assunto, mas nunca recebemos de fato assim propostas de aprimoramento de políticas públicas, de temas que precisavam ser estruturados, seja do ponto de vista normativo, nesse Conselho, ou mesmo em ações da Secretaria. É isso que a gente gostaria de reforçar, é sobre o nosso entendimento da legitimidade desse Conselho e da importância que o Governo do Estado de Minas Gerais sempre deu a participação de todos, a escuta de todos neste Conselho e também no Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Sobre a audiência pública que você se referiu, nós também participamos, fizemos questão de estar lá com todos os dirigentes do Sisema, seja o Subsecretário, estive lá representada pela Valéria, Secretária Executiva do Copam, e também como os representantes das indiretas vinculadas estiveram prontos para debater todos os pontos, eu acompanhei um pouco a reunião depois, que fica gravada no site da Assembleia Legislativa, houve uma composição de mesa e obviamente isso é uma questão da Assembleia Legislativa, mas que na nossa avaliação permitia a escuta de todos. A decisão de se retirar da Audiência Pública, foram de algumas entidades e a Audiência Pública ocorreu, inclusive com muitas contribuições importantes da sociedade civil que foram todos, a todos dado a palavra durante a Audiência Pública. Esses são os esclarecimentos que a gente gostaria de trazer aqui, mas fico à disposição, Flávia, se você quiser algum detalhamento em algum outro momento, mas na própria apresentação hoje sobre o funcionamento do Copam e os resultados do Copam nós teremos a oportunidade de ver, verificar os resultados desse Conselho com a legitimação da participação de todos que aqui são representados.” Conselheira Flávia Parreira Mourão do Amaral: “Obrigada, com relação a isso eu vou aguardar a apresentação e a gente continua acompanhando esse desdobramento. Obrigado, Marília.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Mais algum Conselheiro inscrito? Celso?” Conselheiro Celso Bandeira de Melo Ribeiro: “É só um informe, Marília. Como eu sou representante da ABRHidro aqui no Conselho a gente está organizando um evento que é o 4º Simpósio de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul, ele está com chamado de trabalho aberto até o mês de janeiro e vai ocorrer no dia 11 a 15 de abril, no ano que vem, no início do ano que vem. Eu vou deixar o link aqui no chat para aqueles que tem o interesse no tema. Muito obrigado.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Reforçando a importância também da academia e desse evento da ABRHidro, assim como o Congresso da Abes que

ocorrerá em Belo Horizonte, e com certeza de lá teremos muito inputs importantes para aprimoramento da Política Pública Ambiental, saneamento de recursos hídricos no Estado de Minas Gerais, com essa integração que a gente sempre muito preza com a Política Pública baseada na boa técnica, na ciência. Obrigado professor pela sua colocação no comunicado geral. Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Presidente, boa tarde, obrigado. A respeito da audiência pública e dessa renúncia dessas 7 entidades do Copam, eu queria manifestar sobre alguns pontos em relação a isso, e a primeira coisa que eu acho fundamental a gente tratar aqui é que foi uma audiência pública em que todos foram convidados para participar, quem acompanhou, viu pela TV Assembleia ou pela própria transmissão da Assembleia que foram convidados todas as ONGs ambientais que se renunciaram do Copam para a mesa e foi convidada uma pessoa da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. A confusão que foi mencionada aqui na reunião de hoje foi única e exclusivamente porque aquelas ONGs ambientais que ali estavam não aceitaram discutir com outras pessoas na Mesa, não aceitaram o processo democrático de discussão dos temas ambientais naquela mesa, única e exclusivamente por isso. Todos foram convidados para se manifestar, quem saiu da reunião foram aquelas 7 Organizações Não Governamentais Ambientalistas. Uma coisa muito importante que a gente precisa frisar, Presidente, é que não é um movimento uniforme de todas as ONGs Ambientalistas do Estado de Minas Gerais, quem esteve lá viu duas outras ONGs se manifestarem contra esse movimento. A Zeladoria do Planeta e a Promutuca, que inclusive está aqui na reunião e eu registro os parabéns da forma como a Promutuca tem tratado esse tema e tem discutido com todos. O Copam e o CERH-MG possuem 34 ONGs, 7 fizeram esse movimento de saída do Copam e parece que ninguém quer ouvir as outras 27, somente as 7 que fizeram a renúncia. O Conselho da Micro e Pequena Empresa e a própria Federação das Indústrias que lá esteve representada, tem muito orgulho de participar desse colegiado, a gente entende a importância que esse colegiado tem e a forma como os temas ambientais são tratados com muita responsabilidade por este Conselho e também pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. A gente tem uma forma de discussão da Política Ambiental no Estado de Minas Gerais, diferente da maioria dos estados e exemplo para muitos estados, onde a gente tem a participação da sociedade civil para votar os processos de Licenciamento Ambiental no Estado de Minas Gerais. Então eu discordo de se dizer que houve uma confusão e que por isso essas entidades não tiveram a oportunidade de manifestar. Todas estavam lá, convidadas, se decidiram se retirar foi porque não quiseram ouvir o outro lado. Registro aqui que a gente tem a Assembleia Legislativa, a casa do povo, onde todos têm que ser ouvidos em uma audiência pública. Foi o que aconteceu lá, quem não quis se manifestar saiu por vontade própria e a palavra foi aberta a todos. Então, Presidente, obrigado pela palavra e manifestando novamente a nossa discordância com a forma que isso foi tratado, por essas ONGs, renunciar é direito de todo mundo, agora temos que tratar isso com responsabilidade e entender que não é um movimento de todas as ONGs ambientalistas. Repetindo, tivemos duas lá com importantes posicionamento sobre o tema. Obrigado.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Pergunto se tem mais algum Conselheiro inscrito? Conselheira Flávia.” Conselheira Flávia Parreira Mourão do Amaral: “Sem querer estender muito o assunto, porque não é o foco aqui, porque nós estamos fazendo referência a uma audiência que foi convocada pela Assembleia. Eu me referia a palavra, confusão, tumulto, porque é a forma como está expressa no próprio site da Assembleia. Se fez referência, não estou defendendo o posicionamento de um ou de outro, eu estou relatando o que me chegou, inclusive porque eu, enquanto membro do Copam, e nós, Abes, enquanto membros também do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, nós não fomos convidados. Então nós só acompanhamos os resultados depois, nós não pudemos estar presentes. É só para esclarecer isso, em função do pronunciamento do Conselheiro Thiago. Obrigada.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Conselheiro João Hilário.” Conselheiro João Augusto Hilário de Souza: “Eu queria aproveitar a oportunidade e me manifestar também, e se o Conselheiro Thiago permitir, eu faço dele as minhas palavras. Tem que fazer essa manifestação, porque nos sentimos honrado em participar desse Conselho e ter essa oportunidade de debater assuntos extremamente importante para todos e para a sociedade. Às vezes até temos discussões acaloradas e posicionamentos fortes, mas é necessário, isso faz parte e é extremamente importante. Reforço, é extremamente importante participarmos e atuarmos nesse Conselho.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Pergunto se tem mais um Conselheiro inscrito? Sem nenhum Conselheiro inscrito, eu queria inclusive propor uma inversão do item 6 com o item 7, para que a gente primeiro apresentasse os resultados da atuação das unidades colegiadas do Copam em 2022 e depois a gente iria para as apresentações dos resultados das instituições do Sisema. Desculpa, eu pulei a ata, gente, desculpa. **Item 4) EXAME DA ATA DA 197ª RE DE 17/11/2022.** Presidente Marília Carvalho de Melo:

“Pergunto se tem algum destaque por parte dos Conselheiros? As considerações que nós recebemos previamente da Abes, Cemig, CMI e Assemg já estão contempladas. Sem manifestação, podemos colocar então a ata em votação. Semad, Marília, favorável. Conselheiro Ariel, representante da Seapa? Conselheiro Igor, representante da Secult? Conselheira Augusta, representante da SEE?” Conselheira Augusta Isabel Junqueira Fagundes: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada Conselheira. Conselheira Camila, Seplag? Todos estão na sala, não sei se eles não estão ouvindo, estão manifestando no chat? Conselheira Daniela, SES?” Conselheira Daniela Fernandes César: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada Conselheira. Conselheira Henriqueta, Seinfra? Conselheira Henriqueta Vasconcelos Lemos Correia: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Sedese?” Conselheiro Frederico Amaral e Silva: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Leorges, Segov?” Conselheiro Leorges de Araújo Rodrigues: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Elisa, Conselheira da SEF?” Conselheira Elisa Vieira Marques Brigagão Dias: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Major Eduardo, Cedec? Conselheiro Major PM Eduardo Leal Silva: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Conselheiro Alírio, Crea/MG?” Conselheiro Alírio Ferreira Mendes Junior: “Abstenção. Como consta em ata o Crea/MG, por conflito de agenda, não pode participar da outra reunião. Obrigado.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Conselheiro Capitão Brito, PMMG? Conselheiro Capitão PM Adenilson Brito: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Conselheiro Lucas, MPMG?” Conselheiro Lucas Marques Trindade: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Hilcélia, Conselheira representante ALMG?” Conselheira Hilcélia Reis Teixeira: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Conselheiro Pedro, MMA? Ausente. Peço aos Conselheiros que desliguem o microfone quando não estiverem fazendo uso da palavra, muito obrigada. Conselheiro Rodrigo, AMM? Conselheiro Rodrigo Lázaro: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Conselheiro Cleinis, ACMinas?” Conselheiro Cleinis de Faria e Silva: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Ana Paula, Faemg?” Conselheira Ana Paula Bicalho de Melo: “Eu tive um problema, minha tela deu uma congelada, quando apertei o levantar a mão tinha começado a votação. Eu voto favorável somente com uma emenda que eu mandei pelo chat, na linha 492, ‘se possibilitado o chat gera prejuízo’, sendo que na verdade é ‘se impossibilitado o chat, gera o prejuízo.’” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Ok, Conselheira acatada a sua solicitação de alteração. Conselheiro Flávio Roscoe, Fiemg? Votou no chat, favorável. Conselheiro Thiago, Conselho da Micro e Pequena Empresa?” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Conselheiro Afonso, Fetaemg?” Conselheiro Afonso Correa Diana: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Conselheiro Alexandre Mello, Ibram? Conselheiro Alexandre Valadares Mello: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Conselheiro Adriano, CMI/MG? Conselheira Flávia Mourão, Abes?” Conselheira Flávia Parreira Mourão do Amaral: “Favorável.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Desculpe que entrou uma ligação, estou fazendo pelo celular, mas o voto é favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Conselheira Ana Beatriz, Promutuca?” Conselheira Ana Beatriz Rocholi: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Professor Carlos Wagner, Conselheiro pelo Cefet? Favorável pelo chat. Uemg, Professor Thiago Torre, ausente. Luis Antônio Coimbra Borges, Conselheiro representante da Ufla?” Conselheiro Luis Antônio Coimbra Borges: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Conselheiro João Augusto, Assemg?” Conselheiro João Augusto Hilário de Souza: “Favorável. Eu gostaria que fossem incorporados pequenos acertos, eu não vi a Ata hoje, mas se possível com os acertos, por favor.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Foi feito Conselheiro o que nós recebemos previamente. Conselheiro Rafael, OAB/MG? Conselheiro Rafael Lopes Nappo: “Meu voto é favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Professor Celso, Conselheiro da ABRHIDRO?” Conselheiro Celso Bandeira de Melo Ribeiro: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Conselheiro. Seapa, pergunto se a Conselheira da Seapa está? Conselheira Ariel Chaves Santana Miranda: “Favorável.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada. Conselheira Camila Barbosa Neves, Seplag? Na sala, mas ausente no momento da votação. Sedese, desculpa, Conselheira Mariana Franca? No chat, favorável. Obrigada. Então nós temos a ata aprovada com as alterações enviadas, 29 votos favoráveis, uma abstenção justificada e 6 ausentes. Agora sim, nós temos o item 5, 6 e 7, e eu queria propor uma inversão de pauta que a gente começasse pela apresentação dos resultados do COPAM com o nosso item 7 da pauta. **7) ATUAÇÃO DAS UNIDADES COLEGIADAS DO COPAM EM 2022. APRESENTAÇÃO: SEMAD.** Presidente Marília Carvalho de Melo: “Passo a palavra à Secretária Executiva, Valéria Cristina Rezende,

que fará a apresentação.” Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad: “Nós vamos fazer uma apresentação da atuação das unidades colegiadas do Copam no ano de 2022. Vamos fazer uma breve introdução, informando que o Copam foi instituído pelo Decreto nº 18.466, de 29 de abril de 1977, e rege, dentre outras normas, pela Lei nº 21.972/2016, que dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente contemplando nesta lei a estrutura, os órgãos e entidades que compõe o Sisema, dentre as quais está o Copam. Pelo Decreto Estadual nº 46.953, de 2016 também, que dispõe sobre a organização do Copam. E o Copam é um órgão colegiado, normativo, consultivo e deliberativo, subordinado administrativamente à Semad, por meio da Lei nº 23.304/2019, essa lei estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, sendo o seu Presidente, o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Desenvolvimento Sustentável. Dentre as principais competências, em conformidade com a Lei nº 21.972 e o Decreto nº 46.953, que dispõem sobre organização do Copam, nós temos aprovar normas relativas ao licenciamento e as autorizações para intervenção ambiental, definir os tipos de atividade ou empreendimento que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, decidir, por meio de suas Câmaras Técnicas, sobre processo de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimento, quais sejam de médio porte e grande potencial poluidor, grande porte e médio potencial poluidor ou de grande porte e grande potencial poluidor. Atuar conscientizando a sociedade acerca da necessidade de participação no processo de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, com vistas ao uso sustentável dos recursos naturais. Orientar os interessados e o público em geral quanto à aplicação de normas e padrões de proteção ambiental. Avaliar e acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas de meio ambiente por meio da consolidação de indicadores ambientais propostas pelos órgãos e entidades integrantes do Sisema. Atuar de forma articulada com os comitês de bacias hidrográficas. É bom ressaltar também as competências do Plenário dentro as quais eu destaco que é formulação de política de conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento das políticas de educação ambiental. E nesse sentido eu venho reforçar o que a Secretária Marília vem ressaltando nas reuniões no Plenário, nas quais ela preside, a importância da sociedade civil, a importância dos Conselheiros do Plenário apresentarem propostas de políticas públicas que possam contribuir com o Sisema, na formulação destas políticas. Agora já passando para os resultados mesmo de 2022, os processos pautados nas reuniões das unidades colegiadas, aqui mais especificamente nas Câmaras Técnicas e na CNR, tendo em vista que esses dados estão consolidados até novembro, porque agora que nós estamos fechando a pauta de dezembro. Então verifica-se que até novembro foram pautados 525 processos, tendo destaques para a Câmara de Proteção a Biodiversidade em Áreas Protegidas, em um total de 209 processos, isso se deve muito ao fato de exame de processo de compensação ambiental, que seja conforme o ano de 2022, ou decorrente de instalação de empreendimentos minerários. Depois temos o outro destaque que é da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris, com 82 e tendo como o menor número, mas expressivo também, a CIF. Dentre esses processos pautados, esse gráfico ilustra bem que 40% foram pautados na CPB. Fala-se muito na questão da Câmara de Atividades Minerárias, mas de acordo com essas informações, com esse gráfico, somente 10% do total de processos pautados nas Câmaras Técnicas se referem à Câmara de Atividades Minerárias. Uma outra informação importante é com relação aos votos, nós fizemos uma separação por Câmara Técnica, verifica-se que na CPB, nós tivemos tanto do Poder Público quanto da sociedade civil uma semelhança muito grande em termos de votos favoráveis, claro, tivemos um pouco de votos contra, mas que não tem uma forma tão significativa assim tendo em vista o número de votos favoráveis. Nesse sentido, 92% dos votos foram favoráveis, tendo apenas 2% de votos contra. Na CAP também tivemos uma equiparação, na realidade, praticamente total, porque não tivemos nenhum voto contra até agora em nenhum processo que foi pautado, o que trouxe uma diferença com relação ao favorável de 94% é porque nós tivemos Conselheiros ausentes no momento da votação ou ausente na reunião, razão pela qual nós temos essa diferença no percentual. CID também nós tivemos grande parte da realidade, praticamente quase totalidade dos votos favoráveis pela sociedade civil, e totalmente favorável pelo Poder Público. Na CMI nós tivemos, pelo Poder Público, 292 votos favoráveis sendo 6 contra, e na sociedade civil 273 votos favoráveis com 18 contrários, e claro, tem também 30 ausentes da votação, 12 ausentes na reunião e tivemos também 1 impedimento no momento da votação, se declarou impedido de votar. Na CIF nós tivemos também pelo Poder Público a maioria de votos favoráveis e um número significativo de votos favoráveis também pela Sociedade Civil representando em votos favoráveis 90,32% na análise global. Na CNR, nós tivemos no Poder Público 58 votos contra, com 616 favoráveis, a Sociedade Civil com um número mais expressivo de votos contrários aos processos. Isso pelo levantamento que nós fizemos se deve ao fato dos Autos de Infração com relação à prescrição

intercorrente que o Estado ainda não reconhece esse fato. Essa tela mostra um compilado de como foram os votos, favoráveis e contras. Então pode-se observar que grande parte dos processos, ou, podemos falar, quase a sua maioria, excetuando a CNR, nós tivemos acima de 90% de votos favoráveis. A CNR pelos motivos que eu acabei de manifestar. Essas foram as deliberações que foram aprovadas pelo Copam, registro que todas essas normas foram propostas pelo Sisema, não havendo nenhuma proposição por parte da sociedade civil. Nós aprovamos na última reunião do Plenário do Copam, realizada no dia 17 de novembro o novo Regimento Interno, aprovado com alterações, essa deliberação foi publicada com o número de 247. Na Câmara Normativa e Recursal, na reunião de janeiro de 2022 foi pautada a Deliberação Normativa que dispõe sobre os critérios para implantação e operação de aterros sanitários em Minas Gerais, ela foi aprovada também com alterações e o número da deliberação é 244. Na reunião de março, a deliberação que estabelece prazo para a regularização ambiental de sistema de tratamentos de água também aprovada com o número de 245. Em maio, alteração da DN Copam nº 217, prevendo que as atividades e empreendimentos que impliquem em supressão de vegetação nativa primária ou secundária em estágios médio e/ ou avançado de regeneração, pertencente ao bioma Mata Atlântica, deverão se regularizar por meio de LAC-1, também aprovada com o número de 246. Dentre as apresentações realizadas, tanto aquelas que foram propostas pelo Sisema e aquelas que foram propostas pelos Conselheiros, nós temos no Plenário 10 apresentações, assim como tivemos na Câmara de Política de Energia e Mudanças Climáticas, 6 apresentações, e como se vê, em média 3 apresentações nas demais Câmara Técnicas e duas apresentações nas URCs. Então desse total de 58 apresentações, 40 apresentações foram propostas pelo Sisema, sendo 18 propostas por Conselheiros atendendo a solicitações. Dentre essas propostas de temas para as apresentações, propostas pelo Sisema foi a política de gestão de barragem de rejeito e segurança de barragem, o Programa de Concessão de Parques Estaduais. COP 26 – Os Desdobramentos e as ações subsequentes. Plano de Ação de Combate ao Desmatamento Ilegal. Coleta Seletiva. Projeto de Otimização da Regularização Ambiental. Licenciamento Ambiental. Aspectos de Espeleologia no Licenciamento Ambiental. Audiência Pública no Licenciamento Ambiental. Esse mais especificamente, na Câmara de Atividades Minerárias, visando o aprimoramento dos Conselheiros neste tema. Ação Climática Estadual: Caminhos para o Enfrentamento e a Neutralidade. Selo Verde. Diálogos com o Sisema, que retomamos a partir de outubro. E as propostas pelos Conselheiros são Políticas Públicas para a Fauna Doméstica no Estado de Minas Gerais. Licenciamento Ambiental. Avaliação Ambiental Integrada de Aproveitamentos Hidrelétricos. Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102, que foi alterada pela Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.162, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental no âmbito do Estado de Minas Gerais. Esses temas foram realizados 16 apresentações nas Câmaras Técnicas e assim como nas URCs. E a infraestrutura de dados espaciais, o IDE, que também com o número expressivo de apresentações, sendo realizadas 14 apresentações. Tivemos também as capacitações dos Conselheiros que estão disponíveis no “Trilhas do Saber” com o objetivo de favorecer a compreensão das estruturas do Copam, abordando conceitos, bases legais, os fundamentos, os princípios, sendo esse Regimento Interno que agora estamos em fase de atualização deste curso, tendo em vista a aprovação do novo Regimento Interno, e esse curso é um curso introdutório, teórico que foi estruturado nos seguintes módulos: definição e papel do Sisema, Semad, Copam. Competência das unidades colegiadas, a importância social do Copam, as atribuições e papel dos Conselheiros e o código de Conduta Ética do Agente Público. Regimento Interno, reuniões do Copam e informações complementares. Depois vem o curso mais prático para os Conselheiros, que foi estruturado da seguinte forma: o que fazer antes da reunião. Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA. O que fazer durante as reuniões. O que fazer depois das reuniões. Isso no sentido de dar uma maior segurança aos Conselheiros para participação nas reuniões das unidades colegiadas do Copam. Não temos o slide das demandas propostas pelos Conselheiros, mas no levantamento que nós fizemos, praticamente todas as demandas foram atendidas, nós temos 95% das demandas atendidas. O Núcleo dos Órgãos Colegiados tem um servidor específico que após a realização das reuniões verifica, escuta, todas as gravações para identificar quais foram as demandas, encaminhamos para as respectivas áreas competentes para resposta e quando a gente não responde por e-mail, formalmente, elas são respondidas nas respectivas reuniões que foram solicitadas. Obrigada, estou à disposição para qualquer esclarecimento.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Algum Conselheiro gostaria de se manifestar sobre a apresentação? Sem manifestação, vamos ao próximo item de pauta. **5) GESTÃO DA FUNA SILVESTRE EM MINAS GERAIS. APRESENTAÇÃO: INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS.** Presidente Marília Carvalho de Melo: “Apresentação: Diretora Adriana Spagnol. Essa inclusive é uma demanda que foi apresentada pela

Conselheira Maria Dalce, em uma Reunião Ordinária do Copam, Maria Teresa. As duas, a Vânia está me falando. A gente traz agora a apresentação pelo Instituto Estadual de Florestas.” Adriana Spagnol, IEF: “Boa tarde a todos. Boa tarde, Secretária Marília, em nome de quem eu cumprimento todos aqui presentes, cumprimento também a todos os Conselheiros que estão participando dessa reunião, a quem eu agradeço pela oportunidade de estarmos aqui falando sobre a política de proteção à fauna no Estado de Minas Gerais. Boa tarde também a todos aqueles que estão nos acompanhando pelo YouTube. Então nós vamos trazer aqui as ações que são praticadas pelo Estado no que se refere a gestão da fauna silvestre. Vamos iniciar falando sobre a diretrizes legais, falando um pouco das nossas competências para que nós possamos conhecer aquilo que é a nossa atribuição, aquilo que é a nossa responsabilidade, até onde vai os nossos limites. Então com relação as Diretrizes Gerais as competências do estado para atuar em relação a fauna, tanto no que diz respeito à competência legislativa quanto a competência administrativa, elas estão previstas no texto da Constituição Federal. Nós sabemos que para fins disciplinar, as competências dos entes federativos, a Constituição Federal, ela traz a distribuição das competências legislativas que estão previstas tanto no artigo nº 21 quanto artigo nº 24 da Constituição Federal. Há previsão de competências privativas nesse sentido, de competências concorrentes no que se refere a legislação na matéria Fauna, a Constituição Federal, ela atribui a competência concorrente para União e os estados membros, cabendo a União a edição das normas gerais e aos estados membros a edição das normas específicas sobre o tema fauna. Temos também a distribuição das competências administrativas, em duas, competências exclusivas, atribuídas a união e as competências comuns, no que se refere então as atividades administrativas, voltadas a conservação e preservação dos recursos faunísticos, nós temos a atribuição da competência comum, a união, estados e aos municípios. Então, dentro dessa previsão de competências atribuídas pela Constituição Federal, nós temos a edição da Lei nº 14.181 de janeiro de 2022 que prevê a política estadual de proteção a fauna silvestre e aquática no Estado de Minas Gerais. Temos também a distribuição das competências administrativas prevista na Lei Complementar nº 140, que é uma Lei Federal, onde se atribui competências administrativas para os estados membros e temos também a previsão do Decreto de competências do IEF que prevê no artigo 5º como competência do IEF, desenvolver e implementar as políticas florestal e de biodiversidade do estado, visando à manutenção do equilíbrio ecológico, à conservação, à preservação, ao uso sustentável e à recuperação dos ecossistemas, com atribuições de, conforme o seu inciso IX, promover a preservação, a conservação e o uso racional dos recursos faunísticos, bem como o desenvolvimento de atividades que visem a proteção da fauna silvestre, terrestre e aquática. É atribuída então à Diretoria de Fauna, a Diretoria de Proteção tem como competência coordenar, planejar, orientar e monitorar à aplicação de políticas e normas para o uso sustentável da fauna silvestre no estado, bem como as ações, planos, programas e projetos para a sua conservação e recuperação. Antes da gente iniciar a fala sobre as ações específicas que são desenvolvidas nessa política estadual de proteção à fauna, é importante a gente falar um pouco do objeto dessa proteção, que é a fauna silvestre. O que seria então esse objeto de proteção? São as espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham a sua vida ou parte dela ocorrendo naturalmente dentro dos limites do território brasileiro e suas águas jurisdicionais. Nós temos como Biomas presentes em Minas Gerais o Cerrado e a Mata Atlântica, ambos são *hotspots* de biodiversidade, o que significa dizer que são regiões terrestres mais ricas do ponto de vista biológicos e também as mais ameaçadas. Dentro disso do que seria esse objeto de proteção nós temos algumas peculiaridades da gestão da fauna silvestre, a primeira delas é que o registro da ocorrência da fauna silvestre é um registro de grande complexidade, o que vai trazer uma gestão ampla com diversas frentes, tendo em vista a grande diversidade de espécies com particularidades de cada classe, tendo em vista também a presença de espécies migratórias, o que vai ensejar a necessidade diversas ações voltadas à proteção, conservação, tratamento, reabilitação e reintrodução desses animais. Quando a gente diz que o registro do animal silvestre é complexo, é porque o animal está solto. Então ele se move no território. Além disso, trata-se de uma gama muito variada de espécies de forma que o registro vai necessitar atividades de campo com instalação de câmaras, observações diretas e, por fim, alguns casos também o tombamento dessas espécies em coleções biológicas. Nós temos um gráfico que foi retirado do Sistema Brasileiro de Biodiversidade Brasileira, e esse gráfico é interessante porque a gente pode fazer uma pesquisa, e a gente explore as espécies por categoria taxonômicas, e vamos verificar que dentro de Minas Gerais que nós temos catalogadas um número maior de espécie de flora que são no gráfico representado pelo azul, do que de espécies de fauna, isso advém justamente pela dificuldade de catalogação da fauna em face da flora, a flora está no mesmo lugar, está fixa. Então a

catalogação dela é muito mais fácil do que da fauna silvestre, que como nós dissemos ela se move. Então ela tem uma complexidade maior de catalogação do que a própria flora. Então dito isso, a gente adentra agora as ações das políticas públicas, vamos falar dentro dessas ações que vem sendo praticadas algumas entregas que depois vão ser também mais bem detalhadas pela Diretoria Geral. Então dentro das atividades que nós temos que desenvolver para a política, para o exercício da política de proteção a fauna silvestre nós vamos encontrar as atividades relativas à publicação e as revisões normativas. Em 2022 nós tivemos a revisão de normas de pesca amadora, é uma Minuta de Portaria que já está para ser publicada, essa revisão foi necessária para fins de adequar a normativa que a gente tem, ao novo sistema que está sendo lançado esse ano, do MGPesca. Esse sistema vai permitir que são expedidas as carteirinhas de pesca através do portal Ecosistemas. Hoje ela é expedida através do site, por meio do Siam, mas isso não permite que a gente tenha algumas funcionalidades, a extração de algumas informações que o sistema não dá. Então nós estamos lançando um novo sistema ainda esse ano e para adequar a normativa que a gente tem a esse sistema, houve então a necessidade de revisão dessas normas da pesca amadora. Tivemos também a elaboração de termos de referência para o manejo de fauna em áreas de intervenção ambiental, em atendimento à Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102, que foi depois alterada pela nº 3.162. Então esses termos de referências foram elaborados pelo IEF já estão também em vias de serem inseridos no site. Elaboração de Termo de Referência para a implementação de programas de proteção à fauna silvestre no âmbito da implantação e operação de empreendimentos de infraestrutura de transporte, em parceria com o DER. Esse termo também já está em fase de elaboração e deve ser liberado ainda esse ano. Com relação às ações voltadas aos sistemas, nós temos o desenvolvimento e lançamento do novo sistema de licenças de pesca amadora, que como eu disse, vai estar dentro do Ecosistemas. Digitalização dos processos de manejo de fauna aquática, houve a necessidade da criação de documentos padrões para permitir a funcionalidade no SEI, para fins de licenciamento ambiental. Há também a previsão de lançamento do REC fauna aquática, houve o desenvolvimento da ferramenta de baixa de empreendimentos, nós temos esse sistema, que é um sistema utilizado para cadastro e registro, estamos incluindo esse ano o lançamento dessa ferramenta de baixa de empreendimentos e estamos prevendo para o ano que vem o lançamento da ferramenta analítica dentro desse sistema. Vamos falar um pouco do CETRAS também, que tem a ver com outra atividade da política voltada para proteção da fauna silvestre. Agora a atividade de reabilitação e soltura de animais silvestres, nós temos um mapa que vai demonstrar as áreas prioritárias para implementação de CETRAS em Minas Gerais. Essas áreas prioritárias elas foram definidas considerando os dados de apreensão de animais silvestres pela polícia militar em 2008. Então com base nesses dados nós fizemos esse levantamento e esse mapa de áreas prioritárias para implementação e implantação de CETRAS no Estado de Minas Gerais. Esse outro mapa é de distribuição de Centros de Triagens em Minas Gerais, tanto aqueles já implantados quanto aqueles em fase de implementação e aqueles que estão planejados para serem implantados. Atualmente nós temos 5 CETRAS implantados, quais sejam de BH, Juiz de Fora, Montes Claros, cuja gestão é compartilhada com o Ibama, e também temos o CETRAS de Divinópolis e Patos de Minas, cuja gestão é somente do IEF. Temos em fase de implantação com inauguração prevista para 2023 mais dois CETRAS, que são inaugurados em 2023, que são o CETRAS de Gouveia e Januária. Temos, dentro do nosso planejamento, a previsão de outros CETRAS quais sejam de Uberlândia, Valadares e Lavras, que deverão ser inaugurados em 2025. É importante ressaltar que nós temos também dentro do nosso planejamento a previsão de construção de uma nova estrutura para Montes Claros, nós vamos ampliar a estrutura de Montes Claros, e a inauguração dessa nova estrutura está prevista para 2024, e também temos que ressaltar aqui o CETRAS de Paracatu, é um CETRAS particular da Amda, que está em fase final de construção, o IEF está aguardando a comunicação de finalização da obra para que a gente possa fazer a vistoria, para fins de expedição da autorização de manejo e há um termo assinado com o IEF que prevê que após a finalização da obra, uma vez que já esteja inaugurado esse CETRAS ele vai ser gerido durante um ano pela Amda e após esse período a gestão passaria a ser do IEF. Então a gestão está prevista para passar para o IEF em 2024. Nós temos um gráfico que demonstra o quantitativo de CETRAS em 2022, 2023, 2024 e 2025. Em 2025 a gente prevê que nós estejamos com 12 CETRAS dentro do Estado de Minas Gerais voltados a reabilitação e soltura de animais silvestres. Nós temos um outro gráfico que demonstra o recebimento, a triagem, a reabilitação de animais silvestres e o quantitativo de animais reintegrados. Então nós verificamos em 2022 que nós recebemos um quantitativo de cerca de 8.000 animais, esse levantamento foi feito até outubro e nós reintegramos cerca de 63% desses animais a natureza. Nós recebemos, para ser mais exata, para tratamento, 8.189 animais até outubro e reintegramos ao ambiente natural, 5329

animais, o que perfaz um quantitativo de 63% de animais soltos. De novo o gráfico que vai representar os animais recebidos em 2022 e os reintegrados em 2022, como eu disse um recebimento de 8.189 e reintegração de 5329 animais a natureza. Outro programa que a gente desenvolve é o programa ASAS, que são o cadastro de áreas de soltura de animais silvestres, esse é um projeto que está ligado ao anterior, que é CETRAS, porque quando a gente reabilita esses animais, a gente precisa de reintegrá-los a natureza e a gente faz a reintegração por meio dessas áreas de soltura. Nós temos hoje um total de 74 áreas de solturas cadastradas, elaboramos também esse ano um atlas de mapeamento dessas áreas de soltura de aves e mamíferos para as URFBios por meio dos documentos Destinação de Animais Silvestres em Minas Gerais: 2ª Edição – Avifauna e Destinação de Animais Silvestres em Minas Gerais: 3ª Edição – Mamíferos. A gente pretende depois fazer a divulgação desses atlas inclusive para ajudar também a própria fiscalização na soltura desses animais. Dentro desse projeto ASAS é importante falar de um outro projeto muito interessante que nós temos é o projeto TAMANDUASAS, esse projeto foi criado pelo IEF em 2017 tendo em vista a crescente necessidade de reabilitação e soltura de tamanduás-bandeira, sobretudo na região do Triângulo e Patos de Minas. Inicialmente esse projeto era voltado para o cadastro de áreas e construções de recintos nessas áreas para soltura dos tamanduás reabilitados. Esse projeto é desenvolvido em parceria com o Ministério Público e com a operação técnica de organizações sociais como a NOBILES e ICAS, e também com a participação de universidades. Atualmente esse projeto expandiu o seu escopo para possibilitar ações que envolvem o cuidado dessa espécie, que vão desde a sua reabilitação e sua soltura monitorada, o que é feito através de coletes rastreadores. Dessa forma a equipe consegue avaliar a sobrevivência e adaptação dos tamanduás em vida livre. O projeto envolve também ações de educação ambiental voltadas a proteção e conservação dos tamanduás. Essas ações, é importante que se diga, elas estão dentro do plano nacional de conservação do tamanduá-bandeira no Brasil, e esse projeto TAMANDUASAS é pioneiro em nível nacional, sendo que as ações e os resultados dele serão objeto de protocolo que irá orientar outras instituições que recebem essa espécie. Nós temos também um mapa das 74 áreas de soltura em Minas Gerais, não sei se está dando direito, esses pontinhos verdes são as áreas de solturas que nós temos cadastradas. Dentro da Política de Proteção da Fauna Silvestre nós desenvolvemos também atividades de gestão e monitoramento de empreendimentos e outras atividades relacionadas à fauna silvestre. Então nós tivemos em 2022 a emissão/renovação de 71.364 autorização para criação amadora de passeriformes. Emissão de 21.853 carteiras de pesca amadora. Emissão e renovação de 81 autorizações de manejo de fauna silvestre terrestre e aquática, no âmbito do Licenciamento Simplificado ou empreendimentos não passíveis de licenciamento. Emissão e renovação de 32 autorizações de uso e manejo de fauna silvestre terrestre em cativeiro. Também devemos falar da lista vermelha da fauna ameaçada, nós estamos acompanhando todo o procedimento que é feito, a coordenação da avaliação de risco de extinção é feito pelo IEF, custeio pela VALE, todo o processo de contratação e elaboração da lista é acompanhada pelo IEF para garantir a confiabilidade da lista. Esse ano nós fizemos a elaboração do Termo de Referência para confecção das listas oficiais de espécies de fauna e flora ameaçadas. Fizemos também a capacitação de servidores para que eles possam fazer essa avaliação de risco de extinção feito pela IUCN. Dentro das atividades voltadas à proteção da fauna silvestre nós temos a coordenação e articulação do IEF nos planos de ação territoriais, essa articulação ela é feita pelo IEF através da DFAU, Diretoria de Proteção a Fauna e também da Diretoria de Conservação e Recuperação de Ecossistemas. Nós temos três planos de ação territorial, Espinhaço Mineiro, onde nós deslumbramos 5 espécies alvos de fauna a serem protegidas e como na área nós temos outras espécie, nós temos então a previsão de 224 espécies que vão ser beneficiadas indiretamente por esse plano de ação territorial. Temos também o Plano Capixaba Gerais, onde nós deslumbramos quatro espécies alvos de proteção e mais 48 espécies que vão ser beneficiadas indiretamente. E o Veredas Goyas-Geraes com 5 espécies alvos de proteção e 20 espécies beneficiadas indiretamente, e o IEF participa dessa coordenação e dessa articulação. Temos também os planos de ação nacional, onde nós também temos ações de articulação e colaboração do IEF. A finalidade é auxiliar a implementação das ações de conservação da biodiversidade no Estado de Minas Gerais, priorizadas pelos referidos planos de ação, dessa forma nós temos a representação do IEF junto ao ICMBio. Neste ano a DFAU participou de 6 oficinas de elaboração e monitoramento de 7 planos de ações nacionais, quais sejam o São Francisco, Alto Paraná, Aves da Mata Atlântica, Rivulídeos, Herpetofauna, Polinizadores e Papagaios. Temos também as ações de conservação que são praticadas. Dentro das ações de conservação nós tivemos a publicação da revista científica MG Biota. Essa revista ela é elaborada pela DIUC com a participação da DFAU. Elaboração e execução do projeto piloto de resgate de fauna em caso de incêndio

florestais em UCs. Estamos com a previsão de ampliação desse projeto, fizemos um piloto e devemos ampliar agora em 2023 para todas as unidades de conservação. Ainda dentro das ações de conservação nós temos a elaboração do protocolo nacional de monitoramento e mitigação de fatalidades de anfíbios em rodovias em parceria com o ICMBio. Elaboração do diagnóstico de translocação de fauna silvestre do Brasil, em parceria com a Abema. Elaboração junto com o ICMBio do Programa de Manejo Populacional para o Bugio Ruivo. Atualização da seção referente a fauna do Plano Estadual de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica. Temos ações também relativas aos desastres ambientais. Então com relação ao desastre do Rio Doce nós temos a consolidação do plano de ação para conservação da biodiversidade aquática da Bacia do Rio Doce. Supervisão da execução do plano de ação para conservação da biodiversidade terrestre da Bacia do Rio Doce. Supervisão da implantação do programa de monitoramento da Fapemig. Supervisão do processo de renaturalização do Rio Gualaxo. Elaboração do conteúdo de fauna silvestre do Caderno Institucional 7 anos do desastre do rio doce. Com relação ao desastre de Brumadinho. Coordenação da implantação do Programa de Diagnóstico de Danos Ambientais sobre Meio Biótico. Supervisão do manejo de Rejeitos e do Plano de Controle Ambiental de Obras Emergenciais. Elaboração de diretrizes quanto à restauração de ecossistemas aquáticos da Bacia do Ferro Carvão. Elaboração do conteúdo de fauna aquática e terrestre do caderno de 4 ano do desastre do Paraopeba. Elaboração do Termo de Referência para elaboração do Ordenamento e Zoneamento Pesqueiro da Bacia do São Francisco. Políticas Públicas previstas para 2023. Com relação à publicação e revisão normativa nós temos a previsão de portaria para disciplinar o manejo de abelhas silvestres. Portaria para disciplinar a criação amadorista de passeriformes. Revisão de normas – pesca científica e manejo na regularização ambiental, pesquisa e outras finalidades. Além dessas também, minuta, elaboração de uma minuta de lei para instituição da política estadual de proteção a fauna silvestre e terrestre em Minas Gerais, e minuta da Portaria das categorias de uso e manejo da fauna em cativeiro. Com relação a ações de conservação da fauna, expansão do projeto de resgate de fauna em incêndios florestais, que a gente fez o piloto esse ano e a previsão é de expandir para todas as unidades de conservação. Desenho e contratação do Projeto de revitalização de ecossistemas aquáticos na Bacia do Rio Doce. Listas vermelhas, abertura do edital para submissão de propostas e início da execução dos trabalhos, para o ano que vem, esse ano já foi feito o TR. Termo de Referência do plano de ação conservação da ictiofauna do São Francisco. Unificação da gestão dos dados de ocorrência de biodiversidade das diversas fontes. Programa de educação ambiental sobre fauna silvestre a nível estadual. Com relação ao CETRAS, assinatura de Termo de Parceira para gestão de CETRAS. Assinatura de Termo de Parceria para gestão de CETRAS. Assinatura de Termos de Cooperação com ONGs/ Universidades para recebimento e atendimento emergencial de animais silvestres. Inauguração dos CETRAS de Gouveia e Januária. Revisão do procedimento para cadastramento de áreas de solturas, para fins de ampliação do projeto ASAS. Com relação ao sistema nós estamos prevendo para 2023 a conclusão do módulo analítica da Fauna Aquática, hoje nós temos o módulo de cadastro e registro e a previsão do módulo analítico. É isso, e agradeço mais uma vez a oportunidade para apresentação das nossas políticas voltadas à proteção da fauna silvestre e assim que for possível estamos a disposição para tirar alguma dúvida que surja.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Pergunto se tem algum Conselheiro inscrito, das considerações sobre a apresentação realizada pelo IEF. Nenhum Conselheiro inscrito. Obrigada Adriana, pela apresentação. Passamos ao nosso item 6 da pauta de hoje. **6) PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DO SISEMA – GESTÃO 2022. APRESENTAÇÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEMAD); FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (FEAM); INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF); INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS (IGAM) E AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (ARSAE-MG).** Presidente Marília Carvalho de Melo: “Vou iniciar a apresentação pelo Presidente da Arsa, Antônio Claret, que fará a apresentação sobre essa entidade. A palavra é sua. Antônio Claret de Oliveira Júnior, Arsa: “Obrigado, Secretária, boa tarde aos Conselheiros do Copam, aos colegas de Sisema. Nós trouxemos um balanço especialmente do ano de 2022, todo ano a gente está aqui no final do ano fazendo a apresentação do ano. A Arsa, eu vou ficar uma pequena introdução, porque como nós não somos frequentes aqui no Copam, muita gente não conhece. A Arsa é uma instituição relativamente pequena, tem cerca de 120 servidores, desses, 40 são efetivos, atualmente estamos com 6 EPPGs e 25 estagiários. Com relação à ouvidoria, está um pouco longe, mas eu vou falar para quem estiver longe, eu achei que fosse ficar maior a apresentação, mas o que importa desse slide é a questão de atendimento da nossa ouvidoria, a Arsa tem a ouvidoria, diga-se de passagem, com o ouvidor com mandato, o

ouvidor da Arsae tem mandato de 2 anos, e a média de atendimentos nosso, anual, na ouvidoria até 2019, que foi quando assumimos era de cerca de 1500, 1600 atendimentos por ano. Hoje estamos batendo praticamente 7000 atendimentos por ano desde que assumimos em 2020, é uma média que continua inclusive agora em 2022, isso foi possível por algumas melhorias como a inclusão no MG App, aquele aplicativo do estado, um site que vive sendo atualizado de uma forma que ele realmente tenha uma interação mais amigável. O 0800 para fixo e celular, que acreditem, não existia. Metodologia de riscos, contratação de teledigifonistas e também uma automatização em algumas respostas. A Arsae fez, apenas a título de conhecimento, com o novo marco, a gente tem a entrada do privado de forma muito mais forte. Então a Arsae, até se antecipando, desde que houve o novo marco, especialmente em 2022, ela assinou o convênio com dois prestadores privados que poderiam escolher em quaisquer das agências, mas conseguimos que eles fechassem com a Arsae, que foi a SANARJ, que é uma empresa privada que atende Araújo, e a SAMOTRACIA que é a do Alphaville, condomínio Alphaville em Nova Lima. Para além disso nós concluímos a 4ª Revisão Tarifária da COPANOR, como todos sabem, é uma empresa que foi considerada, ela não tem capacidade econômico-financeira para ser mantida. Então, com certeza, ela tem esses seus contratos considerados irregulares, esses municípios estão teoricamente livres para fazerem os leilões, mas obviamente não seria uma boa opção fazer isoladamente, o Subsecretário Rodrigo que está bem envolvido nisso, sabe que o caminho será a questão do bloco da região. Também fizemos o reajuste da Copasa agora recentemente e com relação a 2022 especificamente, a gente colocou três pontos de destaque, que foi a automatização do processo de análise de consistência dos bancos patrimoniais, no que diz respeito à revisão. Também o desenvolvimento da metodologia diferentes de juros sobre obras em andamento, são pequenos detalhes, mas que afetam muito a questão de tarifa. E a verificação de ativos por vídeos durante o processo de revisão tarifária da COPANOR. Como se sabe, uma concessionária de São Paulo, uma importante concessionária de São Paulo, a principal delas, a SABESP, quando foi feita a revisão da mesma elas contrataram uma consultoria que cobrou 2 milhões de reais para fazer essa verificação de ativos. Aqui na Arsae nós gastamos o equivalente a zero real, porque foi utilizado essa inovação, que vem inclusive, a ideia foi de técnicos que já tinham essa ideia, mas infelizmente nunca era implantada e a gente deu a possibilidade de implantar e foi um grande sucesso. Sobre a nossa tarifa social, isso é muito interessante, reparem que de 100% de famílias que têm direito a tarifa social, em 2022, nós chegamos a quase 70%, das famílias que têm direito estão sendo beneficiadas com a tarifa social. Não é fácil porque você tem que estar sempre em busca dos dados, trabalhando com os municípios porque essas famílias têm que estar atualizadas no CADÚnico porque se não, infelizmente, não vão ser agraciadas. É importante dar um número de grandeza para que todos tenham a noção. Hoje a Copasa, cerca de 15% dos consumidores têm tarifa social. O SEDAI que é do Rio de Janeiro, que foi recentemente concedido, ele tinha só meio por cento das famílias com tarifa social, e quando foi feito o leilão, houve uma meta para as empresas privadas chegarem a 5%. Então reparem que a gente está bem avançado em relação ao Rio de Janeiro que hoje está bastante moderno em relação a isso. Os Fundos Municipais de Saneamento, que são os 4% da tarifa, ele é um valor de fundo municipal de saneamento, ele volta para a prefeitura, a prefeitura recebe esse valor, esse fundo, ele não é público, ele vem exatamente da tarifa da Copasa, e é um fundo que a prefeitura recebe, e ela pode gastar com qualquer um dos 4 pilares do saneamento: lixo, drenagem pluvial, água ou esgoto. Então se ela concedeu água e esgoto, ela pode usar na drenagem ou no lixo, e a gente até o ano de 2019 tínhamos apenas 60 municípios com esse benefício e hoje nós estamos com quase 300 recebendo mais de R\$ 150 milhões em repasses. Isso é relativo à nossa fiscalização econômica, vocês podem reparar naquele desenho a direita, o quanto tinha sido devolvido para o consumidor de valores cobrados injustamente ou erroneamente pela Copasa a partir da Arsae. Em 10 anos haviam sido devolvido R\$ 48 milhões, e só nessa nossa gestão de 2020 para cá já foram R\$ 480 milhões, 10 vezes mais em 3, 4 anos, isso porque a gente teve a liberdade para trabalhar, lembrando que a Copasa tem o Governo do Estado como um dos sócios, não sei se havia liberdade que existe nesse mandato, do Governador Romeu Zema, sempre houve respeito à autonomia da Arsae para atuar, a prova disso é a devolução para os consumidores. Questão de inovação a gente iniciou as sanções aos prestadores, quando alguém fala: "A Copasa não é multada pela Arsae." Realmente ela nunca tinha sido multada pela Arsae na história, primeiro porque precisava de um decreto do Governador que nunca era feito e foi feito pelo Governador Zema, e segundo porque foi possibilitada o desenvolvimento de um sistema, de um software, que era preciso um recurso que foi autorizado pelo Governo, foi autorizado também pela Secretária Marília, e a gente conseguiu esse sistema, que é um sistema que custou em cerca de 1 milhão, 1 milhão e 400 mil reais e que nós já recebemos da Copasa

quase R\$ 9 milhões, não é de multa, é de recebimento. Então mais do que pagou o sistema que vinha travando. Então ela já foi sim multada agora, de 2020 para cá, em mais de R\$ 8 milhões só do que recebeu. É bom, só para ninguém achar que está um porcaria, esses R\$ 8 milhões são relativos a 10% a 20% dos casos, os outros 80%, 90%, foram solucionados ao longo do processo de multa e não precisou chegar ao fim e receber a multa, porque ela solucionou os problemas. São as fiscalizações, a gente tinha uma média de 60 fiscalizações por ano, nos últimos 10 anos e agora de 2020 para cá, a gente chegou a quase 130 por ano. Então mais do que dobramos as fiscalizações operacionais e de serviço. O projeto Mais Água e Esgoto nada mais é do que a disponibilização de dados para a população, a gente pega os municípios e inclui eles em uma base que está no site da Arsae para que todos tenham acesso a qualidade da água, eficiência do esgoto, a universalidade, quanto de água tem, quanto de esgoto tem, são dados que interessam a todo mundo. Então em 2019 a gente tinha só 79 municípios, crescemos muito em 2021, 2022, reparem que hoje nós temos quase 600 municípios já abarcados. Sobre premiações, a Arsae, o que eu acho muito interessante é que eu vou falar é de hoje, que a Arsae foi uma das finalistas desse 7º Prêmio Inova Minas Gerais, que foi entregue hoje, ela não foi a vencedora, mas ela foi uma das 6 finalistas, com um robô que foi desenvolvido pelos nossos estagiários, inclusive, estagiários da Arsae desenvolveram um robô que basicamente liga os dados de água e esgoto de Minas Gerais ao SEI, ao nosso SEI usado por todo Estado de Minas Gerais, e é um robô que pode ser usado, ouviu Secretária, até por qualquer outro órgão, inclusive a Semad, está à disposição, não precisa ser usado só para isso não, ele liga qualquer dado, vale a pena conhecer. Nosso programa de *compliance*, um programa que foi colocado em primeiro ano em funcionamento, a gente recebeu essa doação, a implantação do nosso programa de *compliance*, foi uma doação da ASG *Compliance*, que é uma das 3 maiores empresas de *compliance* do Brasil e vem funcionando muito bem, inclusive já com denúncias e soluções. Essa da comunicação é um número que me interessa muito, o número de publicações que citam a Arsae espontaneamente ele subiu de 110 em 2019 para 400 em 2022, mesmo com a suspensão de envio de release. Porque a gente foi proibido, por uma questão de BOVESPA, B3, a Copasa que a gente regula tem alguns dados que começaram a ser sigilosos, a gente só pode apresentar para os órgãos de controle. Então mesmo assim ela foi citada espontaneamente quase mais de 3 vezes, quase 4 vezes. Então essa questão das redes sociais também que alcançou mais de 340 mil pessoas, eu acho que com certeza nesse ano avançamos bastante no reconhecimento da Arsae, o que é importante para as pessoas acessarem. São fotos da nossa atualização da estratégia para os próximos 4 anos, foi feito agora no último mês, e toda a agência participou, foi muito positivo, nós já temos alguns bons desenhos estratégicos para os próximos 4 anos. Então era isso que eu tinha para falar da Arsae, eu acredito que nos próximos anos teremos algumas boas mudanças na agência, especialmente por conta do novo marco, já que teremos blocos regionais, e muda tudo, praticamente teremos uma revisão para cada bloco, um reajuste para cada bloco. Então a gente dobra, triplica ou quadriplica o trabalho. Obrigado, Secretária.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Eu que agradeço, Claret. A Arsae tem feito um trabalho exemplar e de fato quando o Claret menciona da presença menos constante da Arsae aqui no Copam, porque como diretriz de Governo a gente tem buscado dar autonomia a Arsae para ela exercer o papel que ela precisa exercer de agência reguladora, e o trabalho tem sido feito com resultados muito expressivos conforme apresentado. E de fato, Claret, a gente espera que a partir do avanço da política pública desenhada hoje pelo Sisema com o projeto de Lei, que a Arsae também participou da concepção dos blocos regionais, a gente possa ainda avançar na universalização do saneamento, mas especialmente com que a Arsae tem feito, com a garantia de prestação de serviço de qualidade para toda população. Pergunto se algum Conselheiro gostaria de fazer comentário sobre a apresentação da Arsae, depois a gente vai entrar na Semad, eu vou fazer um bloco de 3 apresentações da Semad, depois tem a IEF e Igam, só pergunto para a Arsae porque o Claret pode ficar à vontade para voltar para a Arsae caso ele tenha outros compromissos. Conselheira Flávia Mourão, por favor.” Conselheira Flávia Parreira Mourão do Amaral: “Boa tarde, Presidente Claret. Eu pergunto sobre a questão da COPANOR, em função, como foi dito de um novo marco das transições, principalmente econômicas, a COPANOR, os municípios da COPANOR agora estão liberados para fazer os seus leilões sem a menor capacidade, nós estamos falando de municípios com extrema pobreza. Eu pergunto se há por parte da Arsae algum tipo de iniciativa para tentar viabilizar o atendimento, a universalização do atendimento de água e esgoto, pelo menos, dos municípios que estavam até agora integrantes da COPANOR. E uma segunda pergunta que eu coloco também, com relação ainda ao novo marco, a questão da regulação dos resíduos, eu sei que não está hoje nas competências da Arsae, mas eu pergunto se há algum movimento, já que foi feito esse planejamento

estratégico para os próximos 4 anos, se existe alguma iniciativa de que a Arsae venha também a ser a reguladora de resíduos no Estado de Minas Gerais para alguns municípios?” Antônio Claret de Oliveira Júnior, Arsae: “De trás para frente. Não tenho conhecimento de iniciativa ou movimento para a Arsae regular as questões dos resíduos, eu acho que até o Subsecretário Rodrigo pode falar um pouco mais sobre esse tema que é de extrema importância. Mesmo assim, no nosso planejamento estratégico, a gente só considera o que de fato já é realidade, como não existe sequer um projeto de lei nesse sentido na Assembleia, não foi tratado o tema, mas reitero que o Subsecretário Rodrigo Franco, se puder, poderia até me complementar nesse sentido. Relativo à COPANOR, Conselheira Flávia, a gente tem, foi enviado a Secretária Marília, enviou para a Assembleia o projeto de lei dos blocos. Eu entendo que a grande saída, a grande solução é a homologação dos blocos e que esse bloco, obviamente com o apoio do Estado de Minas Gerais, porque a senhora está corretíssima, porque são cidades pequenas e muito pobres, com o apoio do Estado de Minas Gerais, poderá dar andamento nesses leilões. Com relação a Arsae, o que ela pode fazer, e é o que estamos fazendo no momento: Mantendo as revisões tarifárias, tentando e buscando de alguma forma que a tarifa consiga minimamente garantir a prestação de serviço, que é o que acabamos de fazer, a revisão tarifária da COPANOR, estamos fazendo anualmente, exatamente para a gente conseguir manter enquanto está nas mãos da COPANOR. Inclusive, diga-se de passagem, mantivemos o subsídio da Copasa. A Copasa está mantida o subsídio de 40 ou 60 milhões, agora me falha a memória, subsídio anual da Copasa, mais este ano para a COPANOR. O que está ao nosso alcance, que é a nossa competência, nós permanecemos fazendo que é a revisão para garantir a manutenção do serviço até que os órgãos competentes possam dar andamento na solução definitiva.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Antes que o Rodrigo se manifeste, eu só queria trazer, Flávia, algumas informações. Nós entendemos de fato a necessidade de avançar no Estado de Minas Gerais na regulação também de outros componentes do saneamento, mas esse assunto ainda não foi discutido, consolidado, como o Claret mencionou, não existe nenhum projeto de Lei, nem de proposição dos Deputados, nem de proposição do Governo ainda, mas a gente tem feito um debate com os municípios sobre essa preocupação que é a preocupação deles, e obviamente, no nosso entendimento, é o que nós fizemos no caso do Projeto de Lei de Água e Esgoto, a gente entende, importante ter uma regulação autônoma, forte, não uma dispersão de regulação no Estado de Minas Gerais, mas isso ainda não tem uma definição governamental sobre o papel da Arsae de ampliar as suas atribuições. Na sequência eu passo para o Rodrigo, mas sobre o ponto que você mencionou, Flávia, nós contratamos, em uma parceria com a CODEMG, o IFC, e nós estamos modelando um bloco do Jequitinhonha. O bloco do Jequitinhonha está sendo avaliado e modelado para concessão, o Subsecretário Rodrigo já fez reunião com alguns prefeitos dessa região, especialmente aqueles prefeitos no qual o estudo preliminar do IFC nos indica a necessidade de eles estarem no bloco para garantia da sustentabilidade econômica e financeira do bloco. Fizemos um trabalho com o Governo Federal, através do Ministério de Desenvolvimento Regional tendo em vista que o Projeto de Lei não andou na Assembleia Legislativa e o Decreto Federal diz que subsidiariamente o Governo Federal pode instituir os blocos, houve até um anúncio público por parte do ministro Daniel de que foi encaminhado pelo Ministério a Comissão Interministerial do Saneamento Básico, e a reunião está marcada agora para o dia 12 onde será apresentada, nós estaremos presentes para discutir. Então há essa preocupação de que esses municípios tenham o apoio do governo para estruturação de uma prestação de serviço adequada a todos eles.” Rodrigo Franco, Sugus/Semad: “Boa tarde a todos, cumprimenta a Secretária a quem eu cumprimento os nossos integrantes do Sisema. É só ratificando mesmo, Flávia, do ponto de vista da regulação, a Secretária e o Claret, têm feito um trabalho espetacular na Arsae colocaram muito bem. Inclusive nós estivemos na ANA, Secretária, durante o mês passado e a Semad tem colaborado com a ANA sobre as normas de referência, não só na área água e esgoto, mas de resíduos que é esse papel da ANA em relação ao fortalecimento da regulação. Como a Secretária disse, não há nenhum encaminhamento nesse momento sobre uma mudança legislativa para competência da Arsae, o Claret também colocou isso muito bem, mas nosso papel como articuladores do estado é conversar com as agências regionais na medida em que a gente cria um trabalho de uma forma ainda razoável dentro do que existe de regulamentação pela ANA para que a gente possa tratar com a perspectiva positiva regulação que é tão importante dentro dessa perspectiva dos blocos regionais, das unidades regionais. A Secretária colocou muito bem sobre a nossa preocupação na região de Jequitinhonha, nosso trabalho já está em diagnóstico de campo com o IFC, trabalho feito em vários mãos das unidades administrativas do estado junto com o IFC, coordenado pela CODENGE nessa parceria, e os municípios Diamantina, Almenara, Salinas, Nanuque, Novo Horizonte, que são os 6 municípios pilotos, os

pontas, vamos dizer assim, para viabilidade em um primeiro ponto de partida do projeto entre os 94 municípios, todos os 5 já estabeleceram uma conexão formal de participação com a gente. Então a gente acredita que esse projeto possa sim vingar, e a gente, na minha apresentação vou falar de outros também estudos de viabilidade econômica ambiental e econômico, Flávia, que estiveram, graças a Deus, resultados, primeiro na área de resíduos, e agora nós estamos avançando na área de esgoto, não só também no Jequitinhonha, mas também os municípios, Claret, que estão sem contrato, são 74 municípios, Flávia, e nós já começamos a discussão com eles também para uma análise de discussão de blocos regionais, de unidades regionais, e esse avanço, uma coisa histórica, dentro do novo marco, desde 2020, nenhum estado foi estabelecido blocos regionais através desse contexto que a Secretária colocou, uma grande articulação da Secretária junto ao Ministro, e agora nós estamos aguardando a definição da formalidade que foi anunciado ao Ministro criando o primeiro bloco regional do país, que é o bloco Jequitinhonha.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito obrigada, Rodrigo. Pergunto se algum Conselheiro gostaria de se manifestar?” Conselheira Flávia Parreira Mourão do Amaral: “Secretária, só um esclarecimento. Mais tarde vai ser falado sobre o Plano Estadual de Resíduos Sólidos?” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Essa apresentação está na Feam, e o Rodrigo vai falar sobre o Plano Estadual de Saneamento que está na Sugés. Daqui a pouquinho a gente chega lá, Flávia. Claret, mais uma vez obrigada pela sua participação e sempre muito bom a Arsae conosco e ver o trabalho efetivo que a Arsae a partir da sua liderança tem conduzido no Estado de Minas Gerais.” Antônio Claret de Oliveira Júnior, Arsae: “Obrigado Secretária, eu vou ter que me ausentar agora, mas deixo aqui o meu agradecimento à Secretária Marília que desde o início da sugestão apoiou a Arsae em todos os momentos necessários e por isso alcançamos esses resultados.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Vamos passar agora para as apresentações da Secretaria de Meio Ambiente, iniciando pela Anna Carolina da Motta Dal Pozzolo, responsável pela Subsecretaria de Regularização Ambiental. Anna, você tem 15 minutos de apresentação.” Anna Carolina da Motta Dal Pozzolo, Suram/Semad: “Boa tarde, em seu nome cumprimento todos da Mesa, cumprimento todos os Conselheiros presentes, a todos os demais que nos assistem de modo virtual, é um imenso prazer participar desse momento, onde nós apresentamos resultados e os planejamentos de 2023. Apenas para contextualizar a Suram, ela tem como objetivo planejar, coordenar, monitorar as execuções das ações necessário a Regularização Ambiental, supervisionar, apoiar, orientar, esclarecer, trazer análises equânimes, buscar soluções técnicas, normativas, fazer consultas a Asjur com relação a dúvidas existentes dentro do licenciamento. Enfim, proporcionar o licenciamento a forma mais transparente, mais adequada, mais técnica e normativa que nós possamos fazer. Dentro dessa competência nós temos evoluindo paulatinamente, obviamente buscando a transparência dos nossos atos, começando com o SLA, que continua em fase de melhorias e nós esperamos que em 2023 tenhamos ainda mais transparência e mais acesso facilitado a todos aqueles que querem conhecer o processo de licenciamento. Fazendo uma análise geral a respeito dos processos de licenciamento em 2022, tão somente em 2022, nós tivemos finalizados processos simplificados de LAS Cadastro 2295 processo, processos de LAS RAS, também processo simplificado em 1292 processos e processos de licenciamento convencional em 512 processos, o que significa isso? Os processos de LAS RAS e LAS Cadastro, que são simplificados, eles têm uma análise completa pela equipe técnica e a decisão é do superintendente, já os processos convencionais algumas decisões são do superintendente, outras decisões elas passam para a decisão do Copam. Desses processos finalizados em 2022, por tipo de finalização, entre os deferidos e os indeferidos, nós temos juntado em 3769, mas na verdade nós temos 84% deferidos, ou seja 3467, indeferidos, 324, significando 8%, e 330 processos arquivados, também significando 8% desses processos. É importante só destacar que no início do ano nós tínhamos um passivo de 596 processos, em outubro temos um passivo de 428, significando 168 processos baixados, com uma estimativa de atingimento de 200 processos baixados até o fim do ano, iniciando 2023 com 396 processos. Isso se reflete muito nos processos convencionais e na demora desses processos de passivo, que são convencionais, uma vez que são processos mais antigos, 40% deles são de renovação de licença e demandam mais tempo de análise, muito deles com mais de 20 mil páginas de processo para serem validadas. Desses processos finalizados em 2022, nós temos em ranking, o primeiro deles, em Agrossilvipastoris, 25%, depois resíduos sólidos e saneamento e serviços de saneamento em segundo, com 23%, em terceiro lugar, mineração, com 22%, em quarto lugar, infraestrutura, com 12%, em quinto lugar, indústria metalúrgica em todos os seus aspectos, e depois em sexto lugar, em igualdade, indústrias químicas e alimentícias. O que significa dizer, reforçando, que a demanda do estado, a vocação do estado, ela não se foca somente em mineração, mas também em agrossilvipastoris com maior destaque para

Triângulo Mineiro, Noroeste de Minas, e Norte de Minas que tem grande influência nessas atividades. Se nós fizermos um corte de 2019 a 2023, nós vemos de processos, de decisões de competência do Copam que houve uma redução, obviamente, para 2022, 175 com processos deferidos e 7 com processos indeferidos, em um total desses anos, de 2019 a 2022, com 1239 processos deferidos e 70 processos indeferidos. A queda desse número, se dá também que a partir de 2017, com a publicação da DN nº 217, a transformação de muitos processos para LAS RAS, ou seja, simplificado, passou a fazer com que os processos deixassem de ir às câmaras. Então é por isso que tem uma diferença com relação aos números de 2019 para 2022. Já com relação aos processos simplificados, nós temos, de 2019 a 2017, 18.717 deferidos, 2148 indeferidos, 535 arquivados, sendo que para o ano de 2022 foram 3122 deferidos, 287 indeferidos e 181 arquivados. Já com relação à decisão do superintendente para convencionais, nós tivemos entre 2019 a 2023, 945 deferidos, 166 indeferidos e 1197 arquivados. Sendo que para 2022 foram 171 deferidos, 30 indeferidos e 149 arquivados que pode se identificar que há um número muito grande arquivados e processos indeferidos no curso da análise dos processos de licenciamento ambiental em todas as tipologias. As principais realizações em 2022 foi a alteração da DN nº 217 com relação ao acordo da Mata Atlântica, incluindo o código H, que começou a vigorar a partir de outubro de 2022. A Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3102, atualizada para a Resolução nº 3162, de intervenções ambientais, um trabalho extremamente positivo e inovador para Minas Gerais, que desde 2011 não tinha conseguido implementar essa intervenção, a Resolução IDAL, que vai ser publicada agora em dezembro de 2022 e vai trazer normas mais claras e objetivas com relação as revalidações e nós pretendemos fazer também uma apresentação quando publicada aqui neste Conselho. A revisão do Decreto nº 46.937 com relação ao licenciamento municipal feito pelos municípios, trazendo também melhoria nas nossas auditorias junto aos municípios conveniados e dele a Resolução nº 2.531, alteração dela também trazendo regras mais claras e mais efetivas para as auditorias realizadas nos convênios de competência delegada afirmadas com os municípios. Hoje nós temos um total de 16 municípios com competência delegada, e 198 municípios com competências originárias assumidas. Além disso nós temos uma revisão da Deliberação Normativa nº 213 de 2017 que também trata do licenciamento feito pelo município. Para além disso nós tivemos duas instruções de serviços publicadas, o Acordo da Mata Atlântica, em setembro de 2022, e a ordem da análise de processos em setembro de 2022 já aplicadas por vários empreendimentos com processos em cursos e com novos processos. Além disso nós tivemos a oportunidade de ter diversas capacitações dos nossos servidores, mas não só dos nossos servidores, também dos servidores municipais e do próprio Codema. Eu destaco as hidrelétricas em maio, conexão Semad em setembro feito com os municípios, Loteamento feito com os municípios e os servidores da Semad em setembro, o curso de espeleologia que nós tivemos a honra de receber servidores do Paraná e do Ceará também para participar da capacitação, essa capacitação teve participação dos nossos servidores e também de convidados. Nós estamos nesse momento tendo a capacitação de saneamento em parceria com a Sugés, e essa capacitação é muito importante porque nós temos uma demanda de política pública muito grande nas questões de saneamento, e nós esperamos no ano que vem, já em fevereiro do ano que vem, realizar um workshop, que é a continuidade dessa capacitação trazendo mais conhecimento e mais diálogo para essas questões de saneamento. Para além disso também tivemos a capacitação de cadastro ambiental rural e análise de reserva legal feita com os municípios. Capacitações dos Conselheiros dos Codemas, além de outras capacitações feito com os municípios para que eles possam cada vez melhor fazer as análises dos licenciamentos e também ser fonte de troca de ideias e conhecimento com os nossos servidores e a gente entender quais são as dificuldades das pontas regionais para fazer os esclarecimentos que se façam necessários. Também tivemos a adequação do TR de EIA/RIMA para contemplar a avaliação de mudanças climáticas, uma diretriz da Secretária Marília, dentro das nossas perspectivas *Race to Zero*, buscando cada vez mais trazer para o licenciamento ambiental muito mais do que só licenciar e trazer empreendimentos, mas também trazer dados e efetividade nas medidas que nós temos desenvolvidas para as questões de política ambiental do estado. Também temos o CLIC, que é o nosso bando de consultas de condicionantes padronizadas, elas são condicionantes gerais que todas as Suprams têm acesso e também disponível para os empreendedores e nós pretendemos trazer mais contribuições porque ela ainda está em fase de implementação e testes, mas já com bastante sucesso. Com relação à SLA nós temos a expansão de funcionalidade, como eu disse, que é uma ação contínua e a construção de fluxo de manifestação do Iphan no licenciamento ambiental facilitando também o acesso às informações e reduzindo o prazo de atendimento das intervenções dos terceiros intervenientes. Para planejamento de 2023, é um macro, obviamente, nós

temos a Instrução de Serviço de Intervenção Ambiental, conjunta com a IEF, a perspectiva é que saia no início do ano, e após isso faremos capacitações. Nós temos a consulta pública da DN de monitoramento de efluentes, que vai ser também uma grande entrega para o Estado de Minas Gerais. Publicação e implementação da alteração nº 47.383 trazendo melhorias nas normas e buscando mais clareza nessas normas. Proposta de DN Copam de Barragens em conjunto com Feam, muito discutida ao longo desse ano de 2022, também será uma grande entrega para o estado e a sociedade. O SMMA, que é o Sistema Municipal de Meio Ambiente já desenvolvido em um processo do SEED de *startups* e com melhorias. Então a gente vai ter mais visibilidade desses processos de licenciamento dos municípios e vamos poder também fazer um acompanhamento mais próximo desses licenciamentos, a instituição efetivamente do IDAL, outras alterações de SLA como por exemplo, autotutela e acesso cidadão com *timeline* de processos, um sonho que vai se tornar realidade tão em breve e vai trazer muita transparência para todos que acessam o SLA. Por fim, reformulação do modelo do SLA com LAS/Cadastro também fazendo ajustes das regras para adesão e compromisso, já a frente inclusive da regra de proposta de alteração de lei para lei geral do licenciamento. São essas as considerações, eu me coloco a inteira disposição com toda a minha equipe e passo a palavra. Muito obrigada a todos.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada Anna, eu vou fazer como eu havia mencionado um bloco com os três Subsecretários e na sequência eu abro para os Conselheiros. Próximo, Subsecretário Alexandre de Castro Leal, Subsecretário de Fiscalização, a palavra é sua, você tem de 15 a 20 minutos.” Alexandre de Castro Leal, Sufis/Semad: “Boa tarde Secretária, boa tarde Conselheiros. Assim que se iniciou o exercício de 2022 nós tivemos a diretriz da Secretária de promover a fiscalização no estado direcionando a uma fiscalização mais fortalecida, mais otimizada e modernizada. Então dentro dessas premissas nós alinhamos algumas estratégias para tornar a fiscalização mais efetiva e obter resultados mais concretos, e dessa forma, primeiramente, em número de fiscalizações nós tivemos um aumento considerável do número de fiscalizações ambientais realizados no estado pela Semad. No comparativo em 2020 nós tivemos cerca de 32 mil fiscalizações, 2021, 37.486 no ano e 2022 até outubro nós fechamos com 33.261 fiscalizações. Dessa forma, dentro da progressão, nós temos a previsão de fechar 2022 entre 39.000 e 40.500 fiscalizações realizadas. Então é um aumento expressivo no número de fiscalizações, também na sua eficiência, pode observar que relativo ao número de fiscalizações realizadas atividades com fiscalização ela também foi substancialmente elevado o número. Na parte de capacitação desenvolvida pela Subsecretaria de fiscalização nós tivemos o aumento de 1 curso EAD de fiscalização ambiental por bimestre para 2 cursos para cada bimestre no ano de 2022 atendemos cerca de 2500 alunos inscritos. Isso com um aulão virtual ao final de cada ciclo de EAD realizado. Conseguimos desenvolver uma parceria com a Polícia Rodoviária Federal realizando a capacitação a nível nacional de fiscalização ambiental no transporte de fauna e flora, são grandes parceiros da Semad e da Polícia Militar Ambiental no estado, e nós realizamos essa capacitação. Também realizamos a capacitação no Sisema em fiscalização nas temáticas de mineração e parcelamento de solo. Por último participamos do projeto Percursos Gerais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social onde houve a capacitação de gestores de municípios de menor IDH. Dessa forma capacitando na temática ambiental esses gestores dos municípios. Ampliamos o desenvolvimento e desencadeamento de operações de fiscalização, podemos citar as principais, isso além do que já estava previsto dentro do Plano Anual de Fiscalização. Tivemos operações especiais primeiramente no Parque Estadual do Rio Doce, tivemos a 3ª Operação Preventiva Integrada de Barragens no período seco em abril desse ano, em junho, Floresta Viva e Floresta Viva 2, em julho em seguida. A Preventiva Integrada de Incêndios Florestais em agosto. Mata Atlântica em Pé, em parceria com o Ministério Público, é uma operação que ocorre em todo o Brasil, principalmente nos estados que tem remanescente de Mata Atlântica e nós participamos ativamente aqui no estado. A Fiscalização Ambiental Preventiva da Indústria, na sua 6ª edição, conseguimos concluir. Em novembro, realizamos a 4ª Edição da Preventiva Integrada de Barragens, o pré-período chuvoso. Em atendimento ao fluxo dentro do monitoramento contínuo que monitora a supressão de vegetação no estado, seja legal ou ilegal, mas a ilegal gera o atendimento imediato pela fiscalização, tivemos um período de atendimento inicial no ano de 45 dias para atendimento de cada alerta gerado pelo monitoramento contínuo, e atualmente nós estamos entre 25 e 33 dias de atendimento. Então nós conseguimos reduzir ainda mais. Só para se ter uma ideia: quando o monitoramento contínuo iniciou o prazo para atendimento era de 270 dias. Então nós conseguimos reduzir em 2022 o prazo para 25 a 33 dias, que é o prazo que nós estamos trabalhando atualmente. E pelo atendimento do monitoramento contínuo a gente percebe que o índice de detecções aumentou sensivelmente. Em 2020 tivemos 1206, em 2021, 1270, em 2022 até outubro, 2328 detecções.

Desse total está assinalado 80% de atendimento, mas isso é um *delay*, um tempo de carga do sistema. Então o atendimento ao monitoramento contínuo ele é entre 90% e 100%. Dentro daquela premissa de fortalecimento da fiscalização e intensificação no estado todo, nós temos a temática do desmatamento não um tratamento especial, em detrimento das detecções realizadas. Dessa forma nós intensificamos, está assinalado 37 dias, mas já estamos com 33 a 25 dias de atendimento, nós intensificamos as fiscalizações dentro de plano de ação de combate ao desmatamento. Até outubro de 2022 já foram fiscalizadas 8424 fiscalizações de combate ao desmatamento, isso representa um incremento de 65% em relação ao mesmo período de 2021. Entrando na temática especial do combate ao desmatamento, nós planejamos 3 fases desse plano de ação de combate ao desmatamento. A primeira fase ocorreu em novembro de 2021 até janeiro de 2022, realizando 2600 fiscalizações em 21.700ha fiscalizados, alcançando 1200 infrações e 25 milhões em autos de infrações lavradas. A segunda fase ocorreu de junho a agosto e abarcou 2 operações especiais, Floresta Viva 1 e 2, e também o início da Mata Atlântica em Pé com o Ministério Público, nós fiscalizamos 13.700ha, aplicamos R\$ 118,83 milhões em multas ambientais em 466 infrações. O tempo de atendimento, conforme eu falei, de 48 para 33 dias, nós estamos trabalhando dentro dessa margem atualmente. Em 2022 houve incremento de 31% nos autos de infrações encerrados relacionados ao desmatamento, um aumento da fiscalização gerou um aumento de lavratura de auto de infrações. Essa não é a nossa premissa, a nossa premissa como eu vou falar, nós estamos ampliando as ações preventivas, até então pouco realizadas nessa temática, mas agora nós estamos intensificando, o plano contemplou ainda ações preventivas de campanha, todos os planos, todas as fases do plano, campanhas em redes sociais, e seminário de boas práticas de utilização de carvão legal. A área detectada de desmatamento em outubro foi de 1850ha, 73% menor que a área detectada em julho desse mesmo ano. Isso traduz um resultado efetivo das ações estratégicas que nós estamos aplicando na fiscalização. No último trimestre, compreendido entre agosto e outubro, a área total detectada de 10656ha, enquanto no mesmo período anterior, de maio a junho, a área detectada de supressão foi de 14487ha, ou seja, redução de 26%. Há uma linha descendente atualmente no monitoramento contínuo da supressão vegetal do estado. A fiscalização ambiental preventiva da agricultura, nós estamos na fase de fiscalização, realizamos 3 workshops em Divinópolis, 193 participantes. Após os workshops, 158 empresas aderiram ao programa. Os parceiros foram AVICOM e a ANVI, são duas associações dos criadores, agricultores da região, além da PMMG, que é nossa parceria operacional na fiscalização. Tivemos a conclusão da fiscalização ambiental preventiva da indústria com 11 workshops realizados, 574 participantes. Setores envolvidos foi de fabricação de couros, perfumarias e cosméticos, fabricação de produtos de laticínios e siderurgia, com adesão de 198 empresas. Os resultados apurados apontam incremento de 44% nas requisições de licenciamento ambiental e redução de 85,6% da incidência de irregularidades ambientais, em comparações com as fiscalizações realizadas fora do programa. Ou seja, o programa está cumprindo muito bem o seu objetivo de fazer a prevenção, a orientação e levando a prevenção do cometimento de infrações ambientais e conduzindo a regularização dos empreendimentos participantes. Nós temos aqui aquela linha de requisições de licenciamento, nós vemos que em julho de 2022 passaram para 44 registros de requisições de licenciamento, ou seja, são os atos que pleiteiam a regularização ambiental. De outro lado nós temos como efeito do programa de prevenção na indústria, a redução da incidência de infração ambiental nas fiscalizações. Fora do programa nós temos 20% de incidência, cada 100 empreendimentos fiscalizados, 20 nós detectamos fiscalização, enquanto os participantes do programa nós temos apenas 2,9% de infrações detectadas. Outro setor da gestão da Subsecretaria de Fiscalização e Controle Processual, nós temos como estratégia de otimização da fiscalização a modernização e a otimização do processamento de auto de infração. Nós tivemos em 2022, até 30 de novembro, o encerramento de 24173 autos de infração. Ou seja, a quitação de 5224, o encaminhamento para dívida ativa de 17310 e outros encerrados, como anulações e controle de legalidade, 1639. Em valores isso representa, em 2022, até 30 de novembro, R\$ 364.462.607,52. Nós tivemos pela quitação, 39 milhões arrecadados diretamente ao cofre do estado, das multas processadas e a inscrição e dívida ativa de R\$ 324.967.640,58, ou seja, que também podem estar sendo executados pela Advocacia Geral do Estado. Comparativo de 2021 e 2022, comparando os dados de processamento com o período de 2021 nota-se um aumento de 49% no quantitativo de autos processados em 2022. Conseguimos esse aumento bem significativo de 18996 em 2021 para 24173 autos de infração processados. Com relação aos valores processados, comparando os dados de processamento com 2021, nota-se um aumento de 28% nos valores processos. Ou seja, em 2021, até 30 de novembro, nós processamos R\$ 244.053.996,29, enquanto em 2022, até novembro, R\$ 364.462.607,52. Também nesse

esforço de uma força tarefa de processamento de auto de infração que completa o ciclo da fiscalização, pois não adianta nós lavrarmos um auto de infração e ele não ter a sua sequência até o recebimento da devida multa. Nós tivemos uma redução considerável do passivo existente na Semad. Em 2022, até 30 de novembro, houve uma redução de 6706 autos de infração do passivo em comparação com o mês de dezembro de 2021. Total do passivo hoje é de 65131 autos de infração no fluxo de processamento. Outra diretoria, a de denúncias, nós tivemos cadastradas 7535 denúncias registradas, atendidas 7022, em atendimento, 1489, anuladas 1455, redução de 39% do passivo de denúncias em 2022 comparado com o mesmo período de 2021. Requisições, da mesma forma, no mesmo esforço, tivemos cadastradas 4722 requisições, atendidas 4923, atingindo o passivo, em andamento 784 requisições, anuladas apenas 23. Nós temos na eminência de entrar em operação, a previsão é para janeiro, no máximo em fevereiro, um sistema que otimiza e moderniza todo o processamento de auto de infração na Semad, é o sistema chamado Gestão de Auto de Infração Ambiental, esse sistema de processamento de auto de infração ele vai tornar digital todos os processos existentes na Semad, porque a Semad é o único ainda setor do estado que tem processos físicos em processamento. Então digitaliza na sua totalidade, além de fazer a interface, a comunicação com os demais sistemas, sistema da Secretaria do Estado da Fazenda, da Advocacia Geral do Estado e também o sistema de fiscalização ambiental. Planejamento para 2023, metas em andamento. Elaboração da doutrina de inteligência ambiental que trará procedimentos, modelo de documentos a serem produzidos, entre outros, a fase de elaboração da minuta. Mas o nosso pessoal já se encontra capacitado, já fizemos cursos no Ibama em outros órgãos parceiros, na SEJUS, para capacitar as equipes para atividade de inteligência que nós estamos estruturando na diretoria de inteligência e ações especiais existente na subsecretaria. Tivemos o protocolo de intenção com a Faemg a ser assinado em janeiro, o termo de cooperação quase simultâneo também com a Faemg para o desenvolvimento e ampliação das atividades de prevenção, com a prevenção ambiental da fiscalização na agropecuária. Temos um acordo de cooperação técnica com o Ibama em via de ser finalizado, pendendo apenas a assinatura do Ibama. A ampliação do convênio com a Polícia Militar Ambiental passando de R\$ 10 milhões previstos para R\$ 12,5 milhões, ampliando as atividades e o número de fiscalizações realizadas pela Polícia Militar Ambiental do Estado, mediante o cumprimento do convênio. A implantação da sala de situação de combate ao desmatamento e carvão ilegais, é uma sala que vai fazer o monitoramento via satélite, assim como o monitoramento contínuo de toda supressão vegetal, possibilitando inclusive a autuação remota das infrações detectadas, esse recurso já está garantido, nós já estamos em fase de operacionalização da estruturação. Implantação da sala de inteligência, da mesma forma, recursos já garantidos e separados, em fase de estruturação. Modernização das fiscalizações com aquisições de drones, drones já sendo adquiridos e recursos já garantidos e sendo executados nesse momento, a previsão de recebimento dos drones é para janeiro de 2023, tanto drones para fiscalização ambiental quanto para as casa, como o IEF. Infraestrutura do SISFAI, aquisição dos tabletes, já adquiridos, em fase de entrega, tanto a Polícia Ambiental quanto aos nossos fiscais. A disposição para perguntas, se houver.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito obrigada Alexandre. Passo de imediato ao Subsecretário Rodrigo Franco, da Subsecretaria de Gestão Ambiental e de Saneamento.” Rodrigo Franco, Sugés/Semad: “Boa tarde a todos novamente, agradecer a Secretária pelo sempre apoio que nos deu durante esse ano na Sugés. Vou até fazer uma contextualização, hoje na Sugés nós somos 70 servidores com as duas Subsecretárias, com duas superintendências, a superintendência de gestão ambiental e a superintendência de saneamento. Então a gente vai fazer, eu tive a cautela, Secretária e Conselheiros, de pegar o planejamento do ano passado que nós apresentamos aqui, Secretária, e as contas, eu estava até fazendo as contas aqui para conferir, em torno de 83% do que nós planejamos o ano passado aqui nós conseguimos executar e estamos trazendo de resultados aqui para ser apresentados hoje pela Secretaria. Um deles é o IDE – Sisema crescendo cada vez mais, hoje nós estamos com 167 camadas novas publicadas este ano, chegamos a 715 camadas e com mais de 1,3 milhão de acessos. Conseguimos finalizar e agora nós estamos na fase de publicação do Decreto e da regulamentação, o IDAM, que é o Índice de Desempenho Ambiental Municipal, o IDAM vai ser muito importante para a gente na relação com os municípios, através dos indicadores que nós conduzimos o IDAM, trabalho técnico muito bem construído pela Superintendência de Gestão Ambiental, nós vamos trabalhar com esses indicadores para melhoria da gestão ambiental. E esses indicadores estão envolvidos em todas as casas do Sisema e também da Subsecretarias. As capacitações, Trilhas do Saber, nós tivemos esse ano capacitações com mais de 115 servidores em técnica de geoprocessamento além de apresentações nas Câmaras Técnicas no próprio Copam e também capacitações na diretoria de instrumentos econômicos principalmente o

foco que a Secretária pediu, e isso tem gerado muitos resultados que é o ICMS Ecológico, em parcerias com as microrregionais e também com a IMN, nós conseguimos mais de 300 gestores capacitados, e isso é transformado em números. O ICMS Ecológico de ano em ano vem galgando mais resultados, esse ano agora de 2022 nós fechamos com R\$ 118 milhões com esse edite de dias de pagamentos de serviço ambiental, mas por mais que o ICMS Ecológico tem os seus critérios um pouco diferente, mas é uma forma de pagamento de serviço ambiental, até que nós vamos falar em seguida, mas o ICMS Ecológico, mais um ano conquistou mais espaço, conquistou um avance, nós passamos R\$ 118 milhões para 673 municípios, compartilhando o número de 2021 nós passamos R\$ 102 milhões para 661 municípios. Então teve um aumento de repasse para os municípios e eu fiz questão de colocar dos critérios, de repasse, os valores, e são os subcritérios de saneamento, unidade de conservação e mata seca. Reforçando que de 15 em 15 anos quem está recebendo para de receber. Então a gente tem sempre um ano alguns municípios caindo, se teve aumento de 2, 3 municípios, quase R\$ 17 milhões que já é um trabalho, uma expectativa muito importante dentro do que nós já tínhamos traçado como eu disse para vocês, no planejamento do ano passado. Eu acabei pulando, passei para o ICMS Ecológico por causa dessa questão da capacitação, mas entregamos também no último mês, nos últimos 60 dias, um trabalho que a Secretária Marília nos deu muito apoio, que é um trabalho técnico de profundidade com a Marcela, com a nossa diretora Fabi, com o superintendente Diogo, que é a apresentação do Projeto de Lei, do pagamento de serviços ambientais do Estado de Minas Gerais, nós tratamos como PESA, de uma forma carinhosa, e essa audiência pública foi realizada, tem a data no mês de novembro para que o Projeto de Lei pudesse ser apresentado e tramitar no Legislativo Mineiro que nos representa para as melhores colaboração, e a gente espera que o PESA traga muita visibilidade para o pagamento de serviços ambientais de Minas Gerais, até porque nós tivemos a cautela e o cuidado de tratar de assuntos que nem o programa, nem o pagamento de serviços a Lei Federal que é recente, menos de dois anos, traz, como o ecossistemas, parte de fauna, nós tentamos agasalhar o máximo possível de demandas, de critérios para que pudesse o PESA da melhor forma ter o seu texto de lei para encaminhar para a Assembleia. Aliança ambiental que foi lançada agora, tem uma semana, 10 dias, com a Secretária junto com a Fiemg, é uma parceira muito importante traçada dentro de uma lógica que a gente já vinha estruturando, que é para essa colaboração na elaboração de projetos sócios ambientais com o setor produtivo, com as empresas para que a gente possa levar esse projeto para as comunidades locais, através de pagamentos de serviços ambientais, através de investimento, através de compensação. Então a Aliança Ambiental foi lançada e a gente já começa com esse portfólio para que possa ser produzido em parceria. Já indo para uma sensível causa que tem nos afetado, vamos dizer assim, em relação à nossa participação com os municípios, uma competência mais recente, inclusive, repito, eu tive essa cautela de olhar quais foram os itens de planejamento que nós colocamos para sugerir a Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento para 2022, e um dos primeiros, emergenciais, que nós estávamos recebendo a competência através da Secretária nos apoiando em agosto, setembro do ano passado era recebendo a fauna doméstica e nós já conseguimos consolidar números expressivos da fauna doméstica em Minas Gerais, lembrando é uma competência municipal, mas o estado não abre mão de apoiar os municípios, de apoiar as entidades, de apoiar os protetores, para que a gente possa, hoje nós estamos falando de um senso criado pela gente dentro da IDE, nós estamos falando mais de 5000, 6000 animais entre gatos e cachorros em Minas Gerais, sendo errante, nós estamos na base de 1 milhão e meio há 2 milhões, tratando nesse sentido. Então eu até falei em uma das últimas audiências públicas esses números são importantes, mas são mais importantes porque eles consolidam o início de uma política pública no estado. Então castração de cães e gatos, está faltando o número ali, nós fizemos mais de 146 mil castrações de cães e gatos em Minas Gerais, em convênio de termos de cooperação e fomento. São 69 termos e R\$ 35 milhões. A meta que era para ser feito até o final de 2022 era de 79 mil, nós realizamos mais de 100 mil até novembro de 2022, hoje já passou de 130 mil, como eu falei. Com cerca de 400 municípios beneficiados no Programa de Esterilização com o nosso logo, nós temos andado muito nos municípios para conhecer a realidade da fauna doméstica nos municípios. Também na gestão da fauna doméstica e na proteção, principalmente manejo populacional na proteção do bem-estar, em termos de cooperação, em toda a parte de emenda, de recebimento desses recursos, nós vacinamos mais de 11 mil cães e vermifugação mais de 9600 gatos. Também passamos 17 veículos adquiridos para que fosse prestação desse bem-estar animal doméstico com os municípios e as entidades. 9 Unidades de Castramóveis também adquiridas e repassadas. Temos convênios também, isso já vem fortalecendo já com alguns Deputados que tem essa demanda, essa bandeira e entendem a importância, nós recebemos também para atendimento de 202 animais em

convênios de Médico-Veterinário de emergência. Também iniciamos esse trabalho com os cavalos, onde nós conseguimos passar alimentação para 55 cavalos e cerca de 1002 cães em uma emenda que recebemos. Uma entrega importante também da fauna doméstica e de forma inédita, o Estado de Minas Gerais na preocupação das competências suas em relação a fauna doméstica, nós lançamos o Cadastro Estadual de Entidades de Proteção e de Protetores Independentes. Esse cadastro para nós é muito importante, como no ano passado nós não tínhamos um norte, hoje nós passamos a ter um norte, a partir de identificar onde estão essas entidades, de identificar aonde estão esses protetores, para que a gente possa sim, a partir de recursos e levantamento evidentemente de viabilidade e recurso a gente possa cada vez mais valorizar ação deles. Então esse cadastro que está na lei, com obrigação de competência do estado. Minas Gerais, eu repito, de forma totalmente inédita, contemporânea, lançou o cadastro e hoje nós estamos, o cadastro funciona dentro da nossa IDE, é aberto e hoje estamos com 207 OSCS, e mais de 1100 cadastro de protetores independentes. Esse diálogo nos traz muita informação e tem sido primoroso do ponto de vista de decisão de política pública. O cadastro tem sido invariavelmente uma ferramenta importante para a política de fauna doméstica no estado. O ano passado, como eu disse, um dos planejamentos nosso era dar início à questão da identificação dos animais em Minas Gerais. Graças uma parceira do Ministério Público, uma ação da Secretária Marília junto ao Ministério Público, nós conseguimos através de uma compensação fazer uma flexibilização desses microchips para que pudesse atender o máximo de municípios possíveis e nós lançamos em Minas Gerais, também de maneira inédita no estado, isso nunca tinha acontecido, o programa estadual de microchipagem, chamado Conheça seu Amigo. Então nós conseguimos repassar 63 mil microchips doados, totalmente de graça para os municípios com os seus 74 leitores, que são os leitores de identificação e chegaram a 74 municípios. Então é uma forma muito inédita de gestão, de bem-estar animal, de manejo populacional, e Minas Gerais, de novo, na vanguarda em relação a essa política, nós já estamos, eu vou falar um pouco depois do planejamento, nós já estamos com outro edital já publicado. Eu repito que eu disse agora há pouco, na audiência pública que nós tivemos há alguns dias, inclusive com a classe, Conselho de Medicina Veterinária, isso tem sido muito importante para toda cadeia, não só para a questão da fauna, mas também para a cadeia que depende da fauna doméstica. Porque a partir do momento que se conscientiza que nós temos que identificar os animais, nós fizemos uma correlação até muito com o SUS, o SUS nunca dá conta de atender todos nós. Então acaba também uma cadeia particular sendo também atingida do ponto de vista de demanda de trabalho. Então nós estamos aquecendo também o mercado em relação a população entender que a microchipagem é tão importante, e elogiar alguns municípios como Patos, Cristais, que tem feito um trabalho excepcional na microchipagem a partir, repito, desse *start* do estado, a partir desse primeiro edital. Um outro programa muito importante, inclusive nós temos amanhã, Secretária, a entrega da valorização, vamos dizer assim, dessas escolas, o Programa Jovens Sustentáveis Mineiros, através de critérios, multicritérios, nós levamos a educação ambiental para mais de 115 escolas em 65 municípios, eu vou usar um termo que é familiarizado dentro da nossa equipe, mas é brutal a mudança de comportamento das crianças a partir de economizar energia, a partir de coleta seletiva, nós implementamos agora a educação humanitária, trazendo a questão animal para discussão. Isso tem sido assim muito enriquecedor, tanto para a equipe nossa que aceitou esse desafio, tem andado e não medido esforços por Minas Gerais para levar esse programa e amanhã nós vamos estar recebendo aqui, tem mais de 450 crianças e colaboradores já confirmados, com 40 prefeitos, e a gente vai receber agora, amanhã a gente vai encaminhar, uma valorização dessas escolas por ter participado do edital que foi lançado, por ter acreditado nesse projeto, temos repetido que os 4 primeiros projetos pilotos foram muito importantes para a gente, Nepomuceno, Paracatu, Itapeçerica e Campo Florido, porque a gente fez uma amostragem no primeiro momento depois lançamos o edital. Então chegamos diretamente beneficiado 4337 alunos em 115 escolas. Então assim é muito impactante para a gente, é pouco no primeiro momento quando você dá o início, como repito, mas a gente espera que essa política dê continuidade e eu tenho certeza que esse governo até a gente estar tratando disso com outros editais, eu vou falar na sequência do planejamento. Programa Ambientação que é um programa que também estava paralisado, a gente pegou muita coisa assim, como o Bolsa Reciclagem, que eu vou falar daqui a pouco, programa voltou para 46 organizações com o programa já implantado sobre as diretrizes da Secretária Marília, com grande afinco da Diretoria Ambiental, da nossa querida Ana Cristina, e o programa já está na Cidade Administrativa de novo, com mais de 100 colaboradores, realizamos o FIA. Então a entrega de certificados em 2021 também. Então o programa está repaginado, funcionando com muitos colaboradores, que é importante para essa questão da ambientação. Dando início à questão do

saneamento, alguém fez a pergunta, não me recorde entre os Conselheiros, nós conseguimos finalizar o PESB. O PESB é uma demanda do Estado de Minas Gerais, é um dos poucos que não tinham o Plano Estadual de Saneamento Básico, e nós fizemos um esforço muito grande e a Secretária Marília nos apoiou em todos os momentos desde o lançamento do PESB, há dois anos, dois anos e meio atrás, onde a gente tinha dificuldade de recursos e tudo mais, mas conseguimos realizar a conferência estadual que é o último passo para o fechamento de todo caráter informativo, participativo, o objetivo mesmo de consolidar o trabalho desenvolvido tanto pelos apoiadores do PESB que foi dividido em 7 territórios, com os colaboradores técnicos, com a nossa equipe e fez um trabalho bastante robusto que deu origem ao Projeto de Lei, que foi encaminhado para a Assembleia há pouco tempo agora, que a gente espera evidentemente com todas as colaborações do Legislativo para que possa sim, através do PESB, com muito carinho, são um dos primeiros projetos que a gente enfrentou como desafio depois de 25, 26 anos parado, com recurso contingenciado. Então o governo deu muito apoio para a gente, a gente tratando já com as diretrizes do saneamento em Minas Gerais, dentro das perspectivas dos 4 eixos, não só água e esgoto. Quando a gente fala de saneamento, muitas das vezes algumas pessoas privilegiam entre água e esgoto, a gente não mediu esforços também para que a gente tratasse o assunto de resíduos sólidos urbanos e drenagem pluvial também dentro do PESB. Então o PESB finalizado, encaminhado para assembleia, agora só faltando as tratativas legislativas para que ele seja finalizado e publicado. Também mandamos para a Assembleia Legislativa, o Projeto de Lei nº 2.884, comentado agora há pouco com muita felicidade pelo nosso companheiro Claret, que estabeleceu as unidades regionais de saneamento em Minas Gerais, são 32 blocos regionais de resíduos sólidos urbanos e 22 de água e esgoto. É importante a gente salientar aqui, e a Secretária tem nos apoiado nesse sentido também, que é um estudo que foi feito a várias mãos, nós tivemos em conjunto com o BDMG, em conjunto com a Arsa, em conjunto com a Seinfra, nós estabelecemos os melhores estudos de viabilidade regionais possíveis para esse primeiro ponto de partida das unidades regionais, tanto é, como a Secretária disse muito bem, estamos em uma fase final de um desses blocos sendo certificados, vamos dizer assim, através da ampliação de bloco de referência pelo Governo Federal que está analisando no CIF, Conselho Interministerial, para que possa estabelecer o primeiro bloco de referência do país já que a gente ainda não teve o trâmite das unidades regionais ainda na Assembleia. Espero que esse ano que vem esse isso se consolide, o marco está batendo na nossa porta a gente tem visto, não só em Minas Gerais, mas no Brasil todos vários projetos de investimento privado acontecendo para que possa realmente estabelecer a universalização do saneamento, que nós buscamos também em Minas Gerais. O Programa Água Doce é um programa muito especial para a gente, o programa que a Secretária acreditou lá atrás, quando ele estava paralisado desde 2014, um programa que leva água ao semiárido mineiro, leva água as comunidades rurais com mais dificuldades com acesso a água, a gente tem visitado esses municípios também. O Programa Água Doce são 69 sistemas de dessalinização, sistema do ponto de vista técnico simples, mas que nunca chegariam a essas comunidades se não fosse o esforço do governo do estado, colocando, aportando mais R\$ 9,3 milhões com total de R\$ 25 milhões na parceria com o Ministério de Desenvolvimento Regional, onde nós já implantamos 28 sistemas e estamos agora em fase, nos próximos meses, depende de chuva, depende de algumas coisas, mas as obras tocando a pleno vapor para que a gente entregue esses 69 sistemas comprometidos, chegando a atingir 28 mil pessoas desses 26 municípios desse semiárido mineiro. A gente tem visitado, a Secretária não tem medido esforços para estar com a gente nessa fase final dos municípios, e é realmente recompensante do ponto de vista pessoal, mas principalmente da equipe nossa de chegar na ponta da linha, onde a gente sabe que a dificuldade é muito grande de abastecimento de água. Então o PAD é muito especial e realmente agora a gente está conseguindo entregar, depois de vários estados conseguirem, Minas Gerais é um dos poucos que não tinham chegado e graças a competência desse Governo e o aporte de R\$ 9,3 milhões nós estamos, vamos dizer, quase 50% das instalações. Outro também projeto bastante, vamos dizer assim, com bastante resultado da Semad também foi o nosso primeiro edital publicado de poços tubulares profundos, é uma parceria com as perfuratrizes que nós temos cedidos, o estado cedeu para a Copasa. Então foi uma forma de a gente usar essa estrutura para atender os municípios, nós lançamos esse edital há 18 meses atrás, 20 meses atrás, para perfurar 100 poços tubulares profundos, nós habilitamos mais de 400 pedidos, 470 pedidos sendo habilitados e os primeiros 44 municípios sem localidades. Nós já estamos na fase de 75 a 80 poços tubulares profundos perfurados. Poucos, graças a Deus que estão dando seca, porque é um trabalho muito técnico da equipe da Semad, junto com a equipe da Copasa e também do apoio com os municípios para melhor seleção dessas áreas e são áreas realmente de muito

castigo em relação à falta de abastecimento de água, serão atingidos, com o findar desse primeiro edital cerca de 26 mil habitantes. O Programa de Saneamento Legal é um programa que ele parte do ponto de vista técnico, um trabalho que a gente vem desenvolvendo com outras unidades como a subsecretária Ana falou, muito bem pilotada por ela e pela equipe dela, hoje nós fizemos a capacitação com os servidores nossos, com todos envolvidos do Sisema, com todos os colaboradores do Sisema, o saneamento legal busca essa instrumentalização da regularização dos pleitos das estruturas de saneamento. Então nós já conseguimos 58 sistemas de esgotamento sanitário regularizados no estado, atingindo 43 municípios. Ainda temos o desafio de mais de 70 instrumentos para serem regularizados de saneamento, mas o programa Saneamento Legal já está colendo os seus frutos graças a um grande trabalho de apoio junto aos municípios, de apoio também de capacitação, junto também aos nossos técnicos, para que os municípios possam, através dos seus consultores, do seu corpo técnico, regularizar essa questão dos empreendimentos de saneamento. O termo de cooperação técnico vem, na nossa concepção, de uma forma de aproximação com a gestão do saneamento em Minas Gerais, especificamente com o RSU, porque Minas Gerais tem essa tradição com os consórcios para que haja uma viabilidade em relação a essa gestão de resíduos sólidos urbanos. Então Minas realmente tem essa tradição em relação a isso e nós formalizamos 19 termos de cooperação técnica com esses consórcios atingindo mais de 410 municípios, gerando uma população em torno de 6,7 milhões envolvidas nisso. E você traz benefícios de todos os tipos, você traz uma discussão em relação a regulação, você traz uma discussão que nós vamos falar de projeto que já deram muito certo, como as concessões de resíduos sólidos urbanos, você traz toda uma mobilização dos municípios que nós vamos falar o próximo também em relação a termos de referência para que eles possam solicitar do jeito que o novo marco coloca em relação a destinação correta. Então os termos de cooperação têm feito o papel que o estado tem que fazer, estar próximo dos gestores municipais apoiando as decisões técnicas com o corpo técnico nosso. Aqui nós temos a ALAGO, nós fizemos questão de trazer, a ALAGO é mais um daqueles projetos que estavam engavetados com problema de devolução de recursos. Nós conseguimos entregar a ETE de Cristais, ela vai atender 65% dos moradores daquele município, são cerca de 12 mil pessoas beneficiadas, um investimento de R\$ 4,7 milhões de reais entre Funasa e a Semad, estava em fase de regularização, nós conseguimos terminar e entregar há pouco meses. Ilicínea também era um outro gargalo enorme dentro dos convênios da ALAGO onde nós conseguimos mais um recurso do Governo do Estado de Minas Gerais, graças a um grande empenho da Secretária Marília, o Governador tem nos dado todo o apoio também, nós conseguimos esse recurso de R\$ 1,6 milhão de reais para terminar essa obra, que ela estava em 90% concluída, mas ela não tinha sua fase final para que pudesse atender essa população de cerca de 9 mil pessoas, a obra está com 75%, 80% já finalizado, a previsão é para a gente finalizar no primeiro trimestre de 2023. Começamos agora a questão de Nova Resende, a conclusão da obra do sistema de esgotamento sanitário, previsão também para a gente terminar no primeiro trimestre, primeiro quadrimestre de 2023. Aqui é um número importante, e eu peço destaque, quando nós chegamos aqui a política de saneamento estava paralisada, como a Secretária muito bem disse, o saneamento ele causa importante e solução de toda gestão pública. Nós temos claro e quando nós falamos de saneamento, a cada R\$ 1,00 investido no saneamento a gente economiza R\$ 4,00 na saúde. Então através de melhoria do abastecimento de água, melhoria do esgotamento sanitário, principalmente nessa evolução agora que nós estamos mostrando em relação à destinação correta dos resíduos sólidos de Minas Gerais, vocês podem ver no quadro a direita, quando você começa em 2004 com poucos municípios regularizados, quando nós chegamos aqui em torno de 2018, 2019, nós tínhamos lá 360 municípios destinando com o lixão, hoje nós estamos com apenas 283, eu digo apenas porque é um esforço muito grande, hercúleo o tratamento em relação a discussão de tratamento, isso com os municípios, para que eles possam fazer essa cobrança tarifária que muitos municípios ainda não tem essa cobrança da destinação correta, essa viabilidade. A gente leva o ICMS Ecológico também como uma compensação para que a gente possa viabilizar isso, é um trabalho de formiguinha que a gente vai fazendo, e a gente acreditou muito nisso, tanto é que, repito, saímos de 360 municípios de lixão para 283, de 2019 para cá. Então você tem quase 70, 80 municípios destinando corretamente, apenas ligando as pontas, ajudando nos termos de referência, conseguimos consolidar a cobrança no município para que ele tenha a viabilidade da prestação de serviço. Então o panorama atual, são 283 municípios ainda destinando para o lixão, a gente quer cada vez mais que extermine, vamos falar um pouco das concessões, dos próximos planejamento. 76 municípios com empreendimento ainda não regularizados, que estão na rota, vamos dizer assim, da destinação do saneamento legal para que a gente possa, não é Ana? Regularizar esses empreendimentos. E 494 municípios, graças a Deus, com destinação

correta. Coleta seletiva, hoje nós temos em Minas 27% da coleta seletiva implantada nos municípios, 234 municípios. Uma das coisas importantes da coleta seletiva é a valorização da classe que faz esse trabalho tão hercúleo, vamos dizer assim da coleta seletiva que são os catadores, a associação de catadores. Com a chegada da Secretária Marília a gente fortaleceu muito essa política, o Governador nos ajudou muito inclusive na questão de recursos, nós fizemos o beabá, então a primeira coisa foi passar o Bolsa Reciclagem para um processo digital, a gente saiu do analógico para o digital para que a gente possa ter mais controle, mais apoio das associações. Nesse ano de 2022 nós chegamos a monte de R\$ 2,4 milhões de repasse para as associações no tocante a todo nosso governo, toda a nossa gestão nos últimos 4 anos, foram repassados R\$ 15 milhões e 480 mil reais, sendo que mais de 6 anos estava sem repassar pelas associações e isso tem feito o efeito que eu mostrei para vocês no slide anterior, aumentando a coleta seletiva, aumentando a destinação correta para os municípios, que eles gastam menos desperdiçando para a destinação final, e mais importante, a gente com o Bolsa Reciclagem, atinge diretamente 1294 catadores, e você tem uma diferença a cada trimestre, porque depende de uma prestação de contas. Mas em torno de 70 a 90 associações, dá 168, recebendo todo trimestre, isso é um apoio também social e valorização dessa classe tão importante, repito, para a qualidade ambiental do Estado de Minas Gerais. Coleta Seletiva, quando nós lançamos o primeiro edital um pouco ainda desacreditado, nós conseguimos repassar para 39 municípios e atingir 540 mil habitantes, 4 consórcios e foi energizante para gente o retorno porque esses municípios conseguiram, esses consórcios conseguiram apoiar os municípios na implantação da coleta seletiva e onde a gente conseguiu junto com a Secretária Marília mais um recurso de R\$ 4,5 milhões e terminamos esse edital agora tem 30, 40 dias estamos só esperando o contingenciamento do recurso para que for repassado já está tudo assinado com os municípios a gente deu uma parada por causa das eleições que tinham as vedações e conseguimos esse edital contemplar mais 3 municípios, e 3 consórcios também, é um total de R\$ 4,5 milhões de reais que contemplam, beneficiam 24 municípios e cerca de 590 mil habitantes. É todo um cenário de uma roda que funciona com várias políticas para que tenha resultado positivo na universalização. Esse slide é bastante importante do ponto de vista para a gente do novo marco regulatório do saneamento dentro da (trecho incompreensível) uma regulação forte, abertura de mercado seja para iniciativa privada, que seja para o público, mas com a licitação e principalmente do agrupamento da regionalização, nós conseguimos de forma inédita, em março, abril desse ano o primeiro projeto de concessão de resíduos sólidos urbanos do Brasil, feito uma parceria de um recurso da Caixa Econômica Federal, pelo IMDE, pela PPI, em parceria com o governo do estado, foi feito com o CONVALE no Triângulo Mineiro com 8 municípios, beneficiando 430 mil habitantes. Contrato foi assinado a cerca de 30, 40 dias, agora já começou a operação, onde nós estamos falando de uma tarifa de quase 40% mais barato que era operacionalizado lá, com todas as prerrogativas de regulação e destinação correta desses 8 municípios. Nesse mesmo caminho nós já temos 4 projetos também de resíduos sólidos urbanos, de estruturação de estudos de viabilidade técnica econômica ambiental, só esses estudos vão beneficiar 2,5 milhões de pessoas em Minas Gerais, cerca de 12% do estado, fechando 16 lixões no projeto CISPARG na região de Pato de Minas, no CIAS, dos 35 municípios, 24 vão fechar o lixão beneficiando 670 mil habitantes na região de Divinópolis, CISAB Sul nós acabamos de fechar agora com recursos próprio da Semad, uma parceria com o BDMG. Lembrando, o CISPARG recurso da Semad, governo do estado em parceria com BID BDMG. O CIAS é uma parceria que deu muito certo com o FEP, Caixa Econômica Federal, com o MDR que é o PPI. O consórcio CISAB SUL que nós assinamos há poucos dias, são 23 municípios beneficiando 600 mil habitantes com o recurso da Semad em parceria com execução do BDMG. E o CIMVALPI que é uma parceira do UK Pact que já vinha trabalhando nele, nós entramos no processo com ele em andamento para que a gente consiga fazer estruturação junto com o BDMG que tem feito a movimentação desse recurso junto ao CIMVALPI. Então a gente só nesse projeto, repito, nós vamos beneficiar 113 municípios com mais de 2,5 milhões de habitantes. Vou passar rapidamente o planejamento, também me coloco a disposição como todos os outros companheiros diligentes. A publicação evidentemente do PESB a partir da passagem pela Assembleia e todas as contribuições legislativas. O Edital, mais um edital de coleta seletiva, já estamos preparando e aguardando a DDO para que o ano que vem a gente possa estabelecer mais um edital de apoio aos municípios. O encerramento nós colocamos em meta de 25 lixões o ano que vem, ligando as pontinhas, como a gente fala, com os municípios isolados, mas também fecharemos cerca de 39 lixões na perspectiva de finalizar as concessões que eu falei agora há pouco. Os estudos viabilidade, modelagem das unidades regionais, como o Secretário muito bem disse, nós já estamos em fase adiantada com o IFC em Jequitinhonha, mas também temos tratativas de estudo em relação ao modelo que vai ser feito tanto

na retomada de Brumadinho quanto na repactuação do Doce, para que forma de viabilidade dessas concessões nesses municípios em relação a isso. Programa de Saneamento Rural também, nós estamos prontos para lançar o edital no começo do ano, para que novas tecnologias levar o esgotamento sanitário nas comunidades rurais, que foi uma demanda, como a gente vai nas pontas, muito forte para que a gente possa atender. O PAD já está garantido, Secretária conseguiu junto a Ministro a carta já garantindo mais 30 sistemas para o PAD para o ano que vem, vão beneficiar 16 mil pessoas no semiárido mineiro que é um projeto que realmente traz um retorno de compensação, de felicidade, que nós estamos no caminho certo. A conclusão das obras da região do lago, Ilícinea e Nova Resende, no primeiro trimestre, primeiro quadrimestre do ano que vem. A retomada das obras de Muzambinho e Juruaia. Outra coisa, nós finalizarmos os 15 poços artesianos, nós já estamos preparados para mais 100 poços artesianos nos próximos 8 meses, vamos publicar o edital para que comece, vamos dizer assim, uma nova seleção e habilitação de municípios. A retomada de política pública no centro mineiro. Então nós estamos fazendo vários, como lançamento do Projeto Etário Sustentável. Nós estamos em fase do piloto do Programa Minas Reenergiza, que é de recuperação energética sobre o CDE, que é um programa que vai ser realmente marcante para a gente do ponto de vista de produção em relação a isso. Também o lançamento do programa estadual junto com a Defesa Civil para que a gente possa ter o primeiro diagnóstico em ações em relação a drenagem pluvial contra as inundações urbanas que afetam tanto Minas Gerais. Da Suga, melhorias da plataforma do IDE, que ela está em constante apresentação. Nós vamos e temos debatido isso internamente para uma nova proposta de inclusão de novos critérios ambientais e seria atualização do semestre ecológico, a gente sabe da dificuldade desse debate, mas a gente quer propor. A regulamentação do PESA, a Secretária já nos deu todo o apoio para que a gente possa fazer a metodologia de valoração. Monitoramento dos projetos da Aliança que foi lançado há pouco tempo, continuarmos com as capacitações do semestre ecológico, programa de educação ambiental que nós vamos ampliar, do programa que nós vamos entregar amanhã da valorização dessas 112 escolas, nós vamos lançar para mais 50 municípios e também estamos em fase final da construção para o setor do agronegócio, junto com a Emater para que a gente possa lançar um programa de educação ambiental nos próximos 30, 40 dias a gente espera fechar para publicação. A microchipagem nós estamos com edital aberto inclusive já agora para seleção desses municípios no começo do ano, com mais de 70 municípios mineiros. A nossa perspectiva também com o programa de esterilização com as emendas que nós já recebemos em torno de 100 mil esterilizações para o ano que vem, no programa, os 400 kits também estaduais de incentivo a adoção de animais em parceria também de uma compensação para apoio dos municípios nesse sentido. Lançamento do Programa Estadual de Resgate de Animais Domésticos em situação de vulnerabilidade, com doação de 15 veículos para as ONGs, novo recurso que nós recebemos do Governo Federal através de uma parceria com o Deputado e o Senador para que a gente possa executar. Tomei um pouco do tempo a mais, mas é isso Secretária, estamos à disposição.”

Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito obrigada Rodrigo, a gente estava aqui falando, de fato são muitas entregas, mas a gente já tem um tempo, e os Conselheiros, em função do adiantado da hora, alguns estão saindo. Eu queria primeiro perguntar aos Conselheiros se tem alguma observação sobre as apresentações sob responsabilidade da Semad para que na sequência eu passar para as indiretas. Nenhum Conselheiro inscrito. Então eu vou passar a palavra para ao Instituto Estadual de Floresta, que tem exatamente 15 minutos para sua apresentação.”

Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins, IEF: “Espero ser breve. No âmbito da conservação e recuperação de ecossistemas e realizações de 2022 foram contabilizados mais de 27.500ha de áreas destinadas para conservação e restauração. Produzimos nos nossos 48 viveiros, distribuídos pelo estado, 670.047 mudas que foram efetivamente doadas, esses dados são de outubro de 2022. Temos também o projeto Conexão Mata Atlântica que nós mensuramos, fazemos a apuração dos resultados semestralmente, no primeiro semestre de 2022 foram mais de 160 visitas técnicas nas propriedades beneficiadas, o plantio de 190.37ha, o cercamento de mais de 8ha. Hoje no âmbito do projeto a gente tem um processo de restauração ambiental mais de 1400ha, beneficiando 158 produtores. Também coletamos no ano de 2022, mais de 75 quilos de sementes que foram utilizadas para produzir as mais de 115 mil mudas destinadas ao atendimento dos beneficiários do projeto. Tivemos também como entrega o PRA, Produzir Sustentável, que foi mobilizado junto com a Emater e o sistema Fiemg, realizamos 15 eventos técnicos com mais de 1300 participantes no intuito de promover a regularização ambiental dos imóveis rurais elegíveis ao PRA no estado. Nesses eventos técnicos a gente dispôs de técnicos para esclarecer com relação ao PRA, importante destacar que tivemos mais de 1300 participantes nesses eventos. Com relação aos Planos Municipais da Mata Atlântica nós tivemos 6

eventos de capacitações nas regionais Metropolitana, Nordeste, Mata, Sul de Minas com 14 municípios participantes que estão em processo de construção ou revisão dos seus planos. Tivemos também a publicação da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.132, que estabelece as diretrizes e procedimentos para a análise individualizada do CAR em MG, dispõe sobre a documentação e os estudos necessários para instruir os processos de regularização das áreas RL que especifica e dá outras providências. Importante destacar que hoje o estado de Minas Gerais já possui mais de 980 mil cadastros no CAR Temos também como atendimento, mas no desdobramento do início da análise dos cadastros ambientais, rurais, mais de 15 mil atendimentos via e-mails, decorrentes de ações voluntárias para esclarecimento de dúvidas e demandas geradas pela própria análise do CAR. Com relação ao Bolsa Verde, nós temos hoje 277 processos que correspondem a mais de 5.500ha concluídos de análise e a expectativa de conclusão de 149 processos ainda até o final do ano, agora em dezembro, que estão pendentes de uma área correspondente de mais de 2.700ha. Essas vistorias, é importante destacar, que estão sendo feitas de forma remota e sendo necessário *in loco*. Já foram pagos mais de 70 milhões aos beneficiários cadastrados e a gente já está para 2023 com a expectativa de pagamento de 23 milhões de reais. Com relação as parcerias que são firmadas. A gente tem uma com a AGEVAP para recuperação de nascentes na Bacia da Rio Doce. Uma com a UFMG/LAGESA que é o Selo Verde e CAR 2.0. e com a União Química para o plantio de mais de 500 mil mudas nos próximos 3 anos na Serra da Mantiqueira. Para 2023, como planejamento de entregas, a realização de mais ou menos, 44 mil análises do Cadastro Ambiental Rural e 50% dos CPFs e CNPJs cadastrados na central do proprietário ou possuidor. Com o âmbito das paisagens rurais a finalização do cadastro das propriedades contempladas, retificação do CAR das mesmas, e a continuidade e monitoramento. Nos planos de ação territorial nós temos também como planejado executar e acompanhar a implementação das ações prioritárias dos PATs Espinhaço Mineiro e Capixaba-Gerais. Publicar o PAT Veredas Goyas-Geraes e acompanhar a sua implementação. Temos também no planejamento de 2023 o PRA com 4400 imóveis, 10% dos imóveis analisados no CAR, formalmente aderidas ao Programa de Regularização Ambiental. Temos também como área de fomento a expectativa, o planejamento de 15.000ha de áreas disponíveis para conservação. Além da implantação da metodologia de controle e atualização normativa para gestão da reposição florestal. Para 2023 também a gente tem a implantação de procedimento de cobrança dos passivos de reposição florestas. PSS/CAS – 337 processos a serem analisados, incremento de 66% em relação a 2022. Produção e plantio de mais de 400 mil mudas nativas e até 360ha recuperados dentro da Cooperação Técnica com a União Química. Produção e doação de 1 milhão de mudas nativas no Estado de Minas Gerais, produzidas nos viveiros do IEF. Pagamento a 1.728 beneficiários e conclusão do programa Bolsa Verdade, num montante total, como eu já havia falado de R\$ 23 milhões. Com relação às unidades de conservação a gente teve como entrega o Planejamento Estratégico da regularização fundiária das UCs Estaduais. Já deixo aqui Valéria, colocado para ajustar na primeira reunião de 2023, já apresentar aos Conselheiros. A normatização do banco de áreas de créditos de compensações ambientais/florestais, que a gente está com a previsão ainda este ano da publicação de portaria IEF de normatização do Banco de Áreas de compensação prévia, com doação ao Estado de Minas Gerais. Estruturação do Programa de capacitação e fomento de brigadas florestais municipais, que é um programa que vamos estar lançando, a gente inclusive ia lançar no meio desse ano, mas em função do período da restrição eleitoral a gente não conseguiu, mas é um projeto para formação de brigadas no âmbito dos municípios, ficando a carga do estado, na verdade, um programa junto com o Corpo de Bombeiros, aonde a gente vai estar capacitando as brigadas municipais e doando equipamento. Esse ano a gente recebeu uma doação da VALE de aproximadamente mais de 8 milhões em equipamento que a gente vai estar distribuindo para essas brigadas. Contratamos esse ano com aumento significativo de 275 brigadistas florestais para o combate de incêndio florestal nas nossas unidades de conservação. Fizemos 16 cursos de formação de brigadista florestal, em um total de 360 brigadistas capacitados. Lembrando que apesar de a gente ter uma contratação temporária de brigadistas florestais, a gente ainda conta com os brigadistas voluntários. Tivemos também um curso de prática de operação de sopradores em incêndios florestais com 14 capacitados, que também funciona como agentes multiplicadores. E a formação de instrutores do curso de formação de brigadistas florestais, 13 capacitados que também funcionam como agentes multiplicadores. Conclusão: ainda em 2022 a gente teve como entrega a conclusão do programa de capacitação dos gestores de unidades de conservação. Conclusão dos estudos de recategorização/ desafetação / revisão de limites de UCs concluído e em execução. Valéria também em uma próxima reunião quando estiver pauta a gente gostaria de apresentar também para os Conselheiros. Fizemos também o encontro de gerentes de UCs nós estamos com o programa Gerente de

Parque, a gente está retomando as reuniões e criando diretrizes para os nossos gestores de parque para execução das suas atividades com o monitoramento. Conclusão do diagnóstico das ACPs, essas ACPs foram promovidas pelo Ministério Público no âmbito da efetiva implantação das nossas unidades de conservação e ela contempla não só a questão estrutural de pessoal e regularização fundiária. Então a gente fez todo um levantamento com relação a essas ACPs e seus objetos e viram inclusive o que já tinha sido cumprido pela instituição, estamos na fase de sentar com o Ministério Público para poder ver se todas as ações civis públicas são as mesmas que tem por registro deles, que a ideia é de fato fazer um grande acordo judicial. Temos também a questão dos planos de manejo das UCs em que a gente já teve esses anos, 6 planos foram aprovados na CPB, e a gente tinha uma expectativa de outros 4, mas dois a gente vai pautar agora em dezembro, que é o Baleia e o Limoeiro, tinha dois que era do Alto Médio São Francisco, Peruaçu e Arrebio da Serra Azul, que talvez a gente não consiga incluir na pauta em função do que a gente precisou fazer as consultar as comunidades tradicionais. Estruturação da Unidade de Compensação Minerária, que a gente tem revisto essa questão dos controles da compensação minerária, a regularização fundiária, isso já é planejamento de 2023. Para o planejamento de 2023 a gente tem a estruturação da unidade de compensação minerária com a estruturação da unidade. A regularização fundiária de 22.000ha do Parque Estadual Caminhos Gerais. A gente já está com a contratação dos serviços de georreferenciamento. Temos também planejado a execução do planejamento estratégico da regularização fundiária das UCs. Execução das atividades previstas para o ano 1, que é o levantamento do cadastro fundiário, georreferenciamento, levantamento das terras (trecho incompreensível). Temos o banco de áreas de créditos de compensações ambientais/florestais que a gente vai estar implantando também em 2023. A otimização do processo de compensação do SNUC que é uma ação realizada junto com a Semad, o decreto publicado e os procedimentos instituídos. A implantação do Programa de Capacitação e Fomento da Brigadas Florestais Municipais e a realização de 42 queimas prescritas. Temos também como planejado em 2023, a manutenção/implantação de 15 unidades operacionais com recursos de compensação minerária, essas unidades operacionais são para funcionar no combate ao incêndio. A contratação temporária de 320 brigadistas dando um incremento no ano vigente. Seguir com o cronograma de execução com o projeto Copaíbas que complementa 12 unidades com institutos contratados e já concluídos. A implementação do programa de capacitação dos gestores da unidade de conservação que a gente vai estar realizando durante esse ano. Realização do encontro de unidades de conservação em formato presencial e também com o treinamento de manejo de trilhas. Normativas que a gente vai estar publicando em 2023, que são a regulamentação de antenas e torres nas UCs, regulamentação de uso dos imóveis nas UCs, regulamentação prática de voo livre, autorização de prestação de serviço de voo livre nas UCs e autorização de prestação de serviço de transporte terrestre nas UCs. Temos também planejado a questão do ICMS Ecológico, no fato unidade de conservação, coleta de sementes em UCs, prática de esportes ao ar livre nas UCs, diagnóstico situacional de comunidades tradicionais em UCs, essa é uma realidade que a gente tem hoje de conflito das comunidades tradicionais que estão inseridas dentro das nossas unidades de conservação de proteção integral. O acordo judicial das ACPs, a execução dos estudos de recategorização/desafetação/revisão de limites das UCs estaduais. Seis planos de manejo aprovado e revisados, a implementação das ações de Brumadinho, que são 12 planos de manejo contratados, mais o projeto de obras na APA Parque Fernão dias, a gente já está com a TR e a possibilidade de publicação do edital. Contratação de estudo de viabilidade de criação/ampliação de UC, Acordo Mata Atlântica. A gente já tem um indicativo do Ministério Público que é a Unidade de Jacuba, a contratação dos estudos. Controle e monitoramento e geotecnologia realização de 2022. Eliminação de passivo processual em processos de intervenção ambiental, isso é uma realidade para a gente, na data de hoje a gente tem aproximadamente 40 processos, a gente vai estar finalizando esses 40 processos agora em dezembro, vamos começar 2023 sem passivo, mas com um grande desafio, a gestão desses processos de intervenção para que não se gere novos passivos. Todos analisados dentro do prazo consignados na lei. Tivemos como entrega também o lançamento dos módulos de comunicação de colheita e colheita interna e desenvolvimento do módulo de DCF no MGFlorestas. A disponibilização dos polígonos das áreas autorizadas para supressão no IDE Sisema, já está na camada do IDE. A detecção de 40 mil hectares no monitoramento contínuo da cobertura vegetal o qual são detectadas e enviadas para a fiscalização. Tivemos a publicação que já foi falada da Resolução nº 3102. Assinamos 3 convênios de delegação, Nova Lima, Conceição do Mato Dentro e Sacramento). Tivemos também a capacitação EAD para municípios conveniados para análise de processo de intervenção. Publicamos também a Portaria nº 83/2022 falando da supressão e anuência em Mata Atlântica. Entregas agora para 2023, a implementação

de ferramenta e detecção automatizada no monitoramento contínuo da cobertura vegetal, que vai estar diminuindo o prazo de detecção para 5 dias. A publicação dos módulos de DCF e desenvolvimento do CAF no MG Florestas. A instrução de serviço e resolução em conjunta SEMAD/IEF nº 3102 que foi substituída pela resolução nº 3162. Eu me coloco à disposição, a da fauna a gente não colocou de fato, porque a Adriana já tinha apresentado anteriormente, eu coloco a disposição, qualquer dúvida a gente está à disposição, desculpa a pressa, mas estava me sentindo pressionada por causa do horário, mas a gente se coloca à disposição, os dados também e a apresentação a gente está disponibilizando também.”

Presidente Marília Carvalho de Melo: “Muito obrigado Maria Amélia, pela objetividade, pelo cumprimento do prazo. Passo agora ao Marcelo Fonseca, Diretor Geral do Igam.” Marcelo da Fonseca, Igam: “Boa tarde a todos. Obrigado Marília, eu peço desculpas por não estar presencialmente com vocês, mas tive uma agenda com o Ministério Público agora a tarde, mas consegui chegar aqui para trazer um pouco para vocês do que foi o nosso trabalho nesse ano de 2022 e o que está no nosso planejamento para 2023. Dentro das atividades de gestão participativa, Minas Gerais aderiu recentemente ao Procomitês que é um programa da agência nacional de águas e saneamento básico, nós tivemos a primeira certificação com 13 comitês, atingindo a nota máxima em todos eles, nós tivemos a premiação correspondente. Trabalhamos para estruturação dos comitês com os recursos do Fhidro, nós temos aqui alguns comitês que ainda não possuem cobranças, que tem os recursos advindo do Fhidro. Então nós trabalhamos com a aquisição de alguns equipamentos, mobiliário para estruturar algumas sedes e ações das reuniões. Seguindo uma moção do Conselho Estadual de Recursos Hídricos apoiamos o comitê GD1 e GD2 na avaliação da otimização da gestão territorial, esses dois comitês já se manifestaram favoravelmente pela unificação dos dois territórios. Então a gente segue ainda esse ano, na próxima reunião do Conselho Estadual para aprovação do Conselho Estadual dessa unificação. Iniciamos também um grande trabalho de renovação eleitoral dos 35 comitês para o período 2023/2027. Para 2023, nós, na parte da gestão participativa, concluir esse processo eleitoral dos 35 comitês, dar continuidade a esse trabalho de otimização da gestão territorial, é uma demanda que tem surgido dos comitês, nós já estamos trabalhando com alguns, dar sequência nesse trabalho. Concluir a estruturação dos comitês e trabalhar na seleção das entidades equiparadas que irão atuar como agência de bacia, nas bacias em que nós tivemos a cobrança implementadas nos últimos dois anos. No caso da cobrança pelo uso de recursos hídricos, ela ficou estagnada no estado durante um bom tempo e a partir da publicação de um decreto, estabelecendo um prazo para que os comitês começassem uma discussão para implementação da cobrança, nós saltamos de 12 comitês com cobrança implantada para 26, 7 delas foram aprovadas esse ano e ainda restam algumas poucas bacias que ainda não se manifestaram, mas que farão nesse período, nesse restante de ano ou no início do ano que vem. Um compromisso que foi assumido por esse governo com relação à cobrança foi o repasse do recurso de cobrança aquele que é a corrente, que recebe, que é arrecado anualmente, nós mantemos esse compromisso está sendo repassado todo esse valor. Também foi feito um pacto para o repasse daquele que foi contingenciado anteriormente, foi estabelecido um cronograma e nós estamos avançando nesse pagamento. Para o próximo ano a gente avança com a implementação do sistema de declaração de uso, uma ferramenta importante para ajustar o valor que vai ser cobrado do usuário de recursos hídricos, vamos também implementar um módulo dentro do sistema de cobrança para cálculo dos valores, a gente sai hoje de 12 bacias e aumenta significativamente a quantidade de processos que precisam ser trabalhados para gerar a cobrança e concluir a cobrança no restante do estado, se a gente não conseguir concluir esse ano a gente fica com uma pendência para o ano que vem, para aprovação da cobrança e a implementação da cobrança no restante do estado. Um dos grandes desafios recentes do Igam é a questão de segurança de barragens, trabalhamos hoje de forma integrada com a Subsecretaria de Fiscalização Ambiental dentro do plano anual de fiscalização, nesse ano nós já fiscalizamos 201 barragens espalhadas pelo Estado de Minas Gerais, temos cadastradas 339 dentro de um desafio que é da ordem de 30 mil barragens em todo estado. Esse cadastramento segue um cronograma de acordo com o tamanho dessas estruturas. Realizamos um importante evento que foi o Webinar de segurança de barragens que teve como objetivo apresentar para os usuários, os empreendedores donos de barragens sobre os procedimentos de regularização e também apoio às defesas civis municipais e foi um evento em parceria com a Defesa Civil Estadual orientando sobre a atuação no caso de uma barragem entrar em situação de emergência. Publicamos uma portaria de credenciamento dos profissionais para atuar como consultores e responsáveis técnicos por essas estruturas, isso foi um trabalho que foi realizado em conjunto com o Crea e para o próximo ano fica o desafio do sistema de segurança de barragens para nos apoiar no gerenciamento de estruturas, dar

continuidade à elaboração, à execução do PAF que nessa linha de integração das ações de fiscalização, e a revisão do normativo 02, a portaria do Igam que traz algumas diretrizes da política que a gente precisa aprimorar, tendo em vista que a política nacional passou também por alguma revisão. Na parte de planejamento e enquadramento nós tivemos também grandes avanços esse ano, marcos históricos para o estado, concluímos os 4 últimos planos de bacia que estavam pendentes no estado. Então hoje Minas Gerais possui 100% das bacias com planos diretores vigentes e foi feito também um trabalho, estamos em um processo de construção do escopo de revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos onde a gente está coletando contribuições para revisão do plano. Para o próximo ano seria a licitação da revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos, dar sequência ao trabalho que vem discutido nas câmaras do conselho estadual de recursos hídricos sobre diretrizes para estabelecimento de área sujeito a restrição e acompanhamento da revisão dos planos. Então nós já temos hoje planos que precisam ser atualizados. Então a gente já está fazendo essa atualização muitas vezes em parceria com agências de bacia, com agência nacional de água e saneamento básico e trabalhar em um sistema, de acompanhamento da implementação desses planos para que toda a sociedade possa acompanhar como que está a execução de cada um desses planos. Dentro do enquadramento, o enquadramento dos copos hídricos é um dos instrumentos que hoje no estado está mais atrasado a sua implementação, nós conseguimos nesse ano avançar com 6 bacias com enquadramento já dentro da nova metodologia que foi estabelecida pelo Conselho Estadual de Políticas Ambientais e Recursos Hídricos. Foi necessário modernizar a forma de elaboração desses planos, tendo em vista as experiências que nós tivemos com as audiências virtuais, reuniões virtuais, a DN nº 74 foi revista. Também foi necessária uma adequação da DN nº 06/2017 que trazia algumas limitações quanto ao enquadramento, nós trabalhamos junto do Conselho para o seu aprimoramento. Para o próximo ano fica o desafio da licitação para enquadramento das 6 bacias que ainda não têm o seu enquadramento, as outras 13 que são citadas nós já temos contratações no âmbito das agências de bacias e aí ressaltar a importância dessas entidades equiparadas na contratação desses instrumentos com recurso da cobrança seja ela estadual ou federal, aqui nós temos um trabalho importante de parceria com os comitês federais atuando de forma integrada e nessas bacias que nós já temos enquadramento implantado, iniciar um trabalho de monitoramento da implementação do enquadramento dos corpos hídricos. Em termo de qualidade das águas nós temos a nossa rede de monitoramento com 678 estações. Então nós demos sequência a esse monitoramento, além de dar sequência ao acompanhamento dos desastres ambientais e nós estamos em um trabalho hoje de aprimoramento das nossas informações geoespacializadas. Então nós fizemos recentemente a doção da base Ottocodificada, uma base unificada com a Agência Nacional de Água e Saneamento Básico e a gente está adequando todas as nossas informações para essa nova referência, a rede de hidrologia e de qualidade foi adequada a essa nova metodologia. Para o ano que vem continuar operação dessa rede, ampliá-la, além de ter a transferência do monitoramento do rio Paraopeba que hoje está previsto dentro de um acordo com o Ministério Público, o IGAM assumiria essa responsabilidade para operar toda essa rede. Também o lançamento de um novo sistema de gestão e monitoramento das águas que aperfeiçoa o nosso sistema atual. Na parte de qualidade de águas subterrâneas nós temos o monitoramento de uma rede dedicada de 124 pontos. A proposta para o ano que vem é ampliar essa rede, incorporar a rede que vem do monitoramento do Paraopeba. Monitoramento Hidrometeorológico, o Igam tem um serviço de previsão e monitoramento do tempo que trabalha em parceria com a Defesa Civil principalmente nesse período, onde a gente tem a possibilidade de ocorrer eventos de precipitação de tempestades, ventos e granizos. Só nesse ano foram emitidos em conjunto com a Defesa Civil mais de 11 mil alertas para a população e para os órgãos de Defesa Civil, fazemos o acompanhamento da situação de escassez hídrica no estado de acordo com a Deliberação Normativa 48 e foi celebrado um acordo de cooperação técnica com a CEDEG para aprimorar toda esse mecanismo de apoio para as situações de enfrentamento de Defesa Civil. Para o ano que vem a gente vai ampliar a nossa rede de monitoramento telemétrico, estamos em processo final de aquisição de mais 28 estações e para o ano que vem a gente vai fazer a implementação dessas estações, estruturar e melhorar o serviço de monitoramento 24 horas que hoje a gente trabalha em parceria, além da Defesa Civil, com a Cemig, que nos apoia em períodos noturnos, em final de semana. Em termos de regulação do uso, na parte de outorgas basicamente, nós iniciamos com o desafio de reduzir o passivo de outorgas que foi na ordem de 25 mil processos, nós conseguimos fazer essa entrega em agosto desse ano. Então todos aqueles processos que estavam aguardando análise estão hoje concluídos, os que ainda não foram concluídos tem alguma pendência seja de atendimento de informações complementares, estar vinculado ao licenciamento ambiental ou alguma outra característica

específica dessa natureza. Foi feita também uma nova regulamentação de água subterrânea em especial para a região norte, nordeste e noroeste do estado, a partir das recomendações do programa Águas do Norte de Minas, uma das mudanças que trouxe foi uma nova disponibilidade hídrica subterrânea para essa região e a possibilidade de pós tubulares com capacitação de até 14m<sup>3</sup> em zona rural ser considerado como uso insignificante. Avançamos também com a implantação da outorga sazonal na Bacia do Rio Doce. A revisão da DN COPAM/CERH 01/2008, que foi concluída nesse último mês, importante para melhoria da qualidade dos nossos corpos hídricos. Para o ano que vem a questão do sistema de outorga, a implementação da outorga sazonal na bacia Rio São Francisco e a implementação da outorga de lançamento de efluentes, não implementação, mas o avanço da outorga de lançamento de efluentes que hoje ela está somente na região metropolitana na bacia do Ribeirão da Mata. Por fim, entre os programas e projetos nós temos o Plano Mineiro de Segurança Hídrica que vem de um convênio com o ministério de desenvolvimento regional e amanhã já aproveito para convidar a todos para participar conosco do evento de largada do plano, onde nós iremos apresentar os próximos passos desse plano e oportunidade de escuta para contribuições. Então vai ter também um processo de consulta pública para ver o que nós precisamos incorporar. Assinamos juntamente com os demais integrantes do Sisema um acordo de cooperação técnica com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico para ampliar no estado o produtor de água como forma de trabalhar o uso e conservação do solo com vista a produção de água. Tem o nosso programa de capacitação em recursos hídricos que vem sendo executado. Revista Mineira de Recursos Hídricos que nós publicamos, mais um número esse ano com o aumento de contribuições. Para o ano que vem o desafio é a conclusão do PMSH, dar continuidade a um projeto que nós colocamos aqui que é a extensão em recursos hídricos que é aproximar os estudantes das universidade a gestão de recursos hídricos e iniciar as obras do Viamão que é um projeto associado ao Somos Todos Água também faz parte do convênio com a MDR. Queria agradecer a oportunidade, foi de uma forma bem sucinta e rápida, mas o Igam está à disposição para tirar dúvidas sobre esses projetos e sobre nossas ações e planejamento para o próximo ano.” Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad: “Obrigada Marcelo, pela sua apresentação. Agora eu convido o Renato Brandão, Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente para fazer a sua apresentação.” Renato Teixeira Brandão, Feam: “Boa tarde a todos, boa tarde a Secretária Valéria, todos os dirigentes do Sisema. Vou tentar fechar com as ações da Feam que a gente realizou esse ano, algumas delas eu vou até me permitir passar mais rápido, Valéria, porque muitas delas, como você demonstrou a gente teve a oportunidade de fazer, não só aqui na Plenária, mas também nas várias Câmaras Técnicas que a gente participou. Então a gente tem já trazido essas discussões para dentro do Copam valorizando efetivamente o Copam. Então falando do ano de 2022, citado pela própria Flávia Mourão a gente assinou um termo de cooperação técnica para iniciar elaboração do plano estadual de resíduos. A ideia é que o estado trabalhe um plano com a discussão ampla desse plano, por isso nós temos dois anos de elaboração desse plano, com diagnóstico, com escuta da sociedade e faremos em janeiro uma primeira reunião pública para apresentar a todos os atores os próximos passos e os momentos de discussão com todos esses atores. Iniciamos o nosso processo de credenciamento dos auditores de barragem, hoje nós temos 48 auditores de barragem credenciados para fazer as declarações de condição de estabilidade de auditorias. Esse processo que o Igam recentemente colocou como a portaria, o Marcelo falou, nós estamos aprendendo com o Igam, que está evoluindo nesse programa, nós temos 48 profissionais credenciados. Realizamos até novembro, final de novembro mais de 416 fiscalizações em barragens de rejeitos e resíduos, intensificando efetivamente esse programa e temos um acompanhamento que vem sendo feito a partir das assinaturas dos termos de compromisso de descaracterização de barragens, esse também nós já apresentamos aqui o que é o termo e como a gente buscou trazer esse acompanhamento das barragem a montante. Estamos fazendo esse acompanhamento ao longo do ano e até que essas estruturas estejam efetivamente descaracterizadas. Também iniciamos uma discussão do plano de controle de emissões atmosféricas de Minas Gerais que é uma previsão da Resolução nº 491 que fala sobre as emissões atmosféricas e qualidade do ar. Esse plano a gente fez várias discussões com os municípios, mas vamos iniciar um processo de consulta mais ampla dele no ano que vem. Também analisamos os estudos de dispersão atmosféricas, temos vários processos de licenciamento de empreendimento que tem emissões atmosféricas e que precisam de apresentar esse estudo no seu âmbito, a gente conseguiu aumentar como gestão mais eficiente o volume de estudo analisados, temos ainda um passível considerável, mas um aumento de 300% em relação ao que a gente analisava em 2020. Também fizemos a recuperação e acompanhamos a recuperação de 54 áreas degradadas e contaminadas no âmbito do estado. Vamos publicar ainda esse ano o inventário de áreas

contaminas, que faz o levantamento de todo o processo de gestão das áreas contaminadas no estado. Passando por cada uma das etapas, desde a avaliação preliminar até a sua recuperação. Também na área de estudos integrados, estudos setoriais a gente teve a finalização de dois processos de avaliação ambiental integrada, de hidrelétricas nas bacias do Rio Paraúna e do Rio Sapucaí e Grande. Rediscutimos os termos de referência dessa avaliação ambiental integrada pelo setor de hidrelétrica, disponibilizamos, trazendo uma objetividade maior desses processos de avaliação ambiental integrada. Também tivemos a aprovação de dois estudos de zoneamento ambiental produtivo este ano do Rio Preto e do Ribeirão das Almas. E estamos acompanhando junto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e esse processo andou, inclusive com o início de discussões com a sociedade sobre a avaliação ambiental estratégica do setor de minério de ferro, que é até uma das recomendações do Tribunal de Contas. Então o estado conseguiu avançar junto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a Feam, no início desse processo, no início da discussão, da avaliação ambiental estratégica para o setor do minério de ferro do Estado de Minas Gerais. Na parte de recuperação ambiental nós firmamos termo de cooperação com os municípios diretamente afetados no desastre da Vale em Brumadinho com a possibilidade da retirada de até novembro, 48 mil toneladas de material que foi depositado nas margens. Esse processo nós fizemos novamente como parceria muito intensa com o Ministério Público de Minas Gerais que também, e com o comitê pró Brumadinho que foi um ator importante. Nós estamos evoluindo na discussão do Plano de reparação da Bacia do Paraopeba com vários atores, com vários compromitentes do termo, tivemos a aprovação dos capítulos 1 e 2 desse plano de recuperação. Também em Mariana, acompanhando os processos de recuperação do desastre da Samarco em Mariana. A recuperação e foi dada o certificado de recuperação da cachoeira do Camargo no processo de recuperação pós-rompimento. Além disso temos acompanhado todo o processo de discussão do TTAC, hoje vigente junto com as empresas e com a Fundação Renova e estamos acompanhando junto com o comitê também a questão da repactuação do Rio Doce que no entendimento dos vários atores é essencial para que a gente consiga acelerar o processo de recuperação na Bacia do Doce. Nos aspectos de emergência ambiental nós recebemos mais de 433 comunicados de acidentes e emergências ambientais. Temos trabalhado intensamente para fazer com que esses processos finalizem, para que a gente tenha o atendimento da emergência, mas que ela seja finalizado com a recuperação daquela área e por isso nós temos 78 áreas que já foram consideradas recuperadas dos danos daqueles acidentes, temos tentando também trabalhar com o número de acidentes que eram recebidos anteriormente que não eram possível dar vazão e finalizar esse processo. Então nós tivemos o encerramento dos casos de acidentes que aconteceram em 2017 e 2020, 137 casos. Realizamos no mês passado o Seminário de Emergência Ambiental, um seminário que discute ações de prevenção de acidentes e ação prática de acidentes, que tem sido um evento que sistematicamente colocado na pauta das empresas e de todos os atores que trabalham com emergência ambiental. Nas ações climáticas o principal produto que o estado produziu foi o Plano de Ação Climática, esse Plano de Ação Climática cumpriu várias etapas e esse fluxo apresenta claramente que a gente fez ações desde o diagnóstico e o inventário dos gases para o estado, até chegarmos em um plano efetivamente com ações do poder público para que o poder público possa atuar e cumprir aquele compromisso assumido pelo Governador, pelo estado de até 2050 zerar as suas emissões de gases de efeito estufa líquidas. Então a gente constrói isso a partir de um apoio significativo da universidade, dos atores internacionais, eu vou citar aqui o ECLEI, o CDP, a COP do Rio, que foram atores que nos auxiliaram na construção desse plano a partir de uma parceria com o governo britânico. Para 2023, nos vários temas que a Feam trabalha, nós estamos já em discussão com vários setores de uma Deliberação Normativa sobre logística reversa, o estado já tem uma deliberação, mas a partir da publicação de decretos federais a gente tem uma possibilidade de uma regulamentação para que a gente possa acompanhar e acelerar esse processo de implementação da logística reversa do Estado de Minas Gerais. Faremos através da apresentação de uma proposta a este Conselho, na Câmara Normativa Recursal. Essa proposta do estado já tem aderência com o Governo Federal tem apresentado, foi feito um lançamento recente do governo federal de um sistema eletrônico para acompanhamento desse sistema de logística reversa, e o Estado de Minas Gerais foi o estado escolhido pelo Governo Federal para fazer os primeiros testes nesse sistema e poder contribuir com esse sistema. Então a gente já tem a sinalização do Governo de que o estado vai ser o primeiro a testar e implementar esse sistema no seu âmbito, incentivando cada vez mais que a gente evolua nas discussões da logística reversa em Minas Gerais. A própria elaboração do plano estadual que eu citei mais atrás, é um projeto de dois anos de execução em que a gente pretende escutar todos os atores, dar oportunidade

para a sociedade trazer suas contribuições e iniciaremos esse processo com uma reunião em janeiro, uma reunião pública para apresentar as ações que estão sendo feitas. Também na parte de barragens a gente pretende soltar um manual de fiscalização deixando claro as atribuições dos fiscais em campo, a postura dos fiscais em campo, até onde iria as limitações, porque a gente tem aqui um cenário de órgãos de fiscalizações distintos. Então eu acho que a gente pode e deve colocar esse manual para deixar claro os limites das nossas atuações e para os próprios fiscais. A publicação do Plano de Controle de Emissões Atmosféricas que é uma previsão, como eu falei, da 491, a gente pretende ainda no ano que vem fazer uma consulta pública e poder publicar esse plano, o estado priorizou áreas que hoje a gente já tem monitoramento da qualidade do ar dessas regiões. Vamos implementar um aprimoramento do sistema de gerenciamento de qualidade de ar, podendo disponibilizar os dados de qualidade do ar de todas as estações que o estado tem a partir de boletim dinâmico diários para que a população tenha ciência da situação da qualidade do ar no seu município, na sua região. Na parte de área contaminada a perspectiva da revisão, da Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH que institui o plano de gestão de áreas contaminadas. Então uma norma de 2010 em que a gente já tem um aprimoramento grande na parte de gestão de áreas contaminadas e a ideia é discutir neste Conselho uma nova deliberação trazendo todas as evoluções do programa, evoluções tecnológicas que existem no acompanhamento de áreas contaminadas. Além disso a previsão de 57 áreas passando por todo fluxo da área contaminada, até ser considerada uma área recuperada, efetivamente recuperada no uso específico. Estamos trabalhando, como eu disse, melhoramos o TR de hidrelétrica, mas a ideia que no ano que vem a gente trabalhe uma nova norma para avaliação ambiental integrada do setor hidrelétrico trazendo evoluções nesse processo. A avaliação ambiental estratégica do setor de minério de ferro, o cronograma nos dias em que a gente vai ter uma finalização, entregar para o estado uma avaliação ambiental estratégica no setor de minério de ferro. A consolidação da estrutura, como a gente disse, no processo de repactuação da recuperação do Rio Doce, buscando uma agilidade maior das ações de recuperação do Rio Doce. Também no Paraopeba já com a aprovação dos capítulos 1 e 2 do plano de recuperação, já trazer metas para essa recuperação, indicadores para essa recuperação. Também na parte de emergência ambiental a gente prevê ações de fiscalização preventiva em atividades críticas, a gente sabe algumas atividades que geram acidentes ambientais e a ideia é fazer ações de fiscalização preventiva nesses empreendimentos. O aprimoramento do piloto que a gente tem do mapeamento de riscos de acidentes ambientais. Então a gente tem BRs trechos críticos, na 040, 381 e 262, identificar esses locais, esses trechos e discutir os riscos desse trecho para possibilitar uma redução, ações para reduzir esses riscos, principalmente nessas BRs principais do estado e também trazer um aspecto de transparência de todos os acidentes ambientais do estado, e a ideia é que a gente traga uma plataforma que vai ter uma alimentação periódica no ano que vem de uma plataforma georreferenciada com todos os acidentes ambientais atendidos e notificados ao núcleo de emergência ambiental da Feam. Com relação às ações de mudanças climáticas vamos a partir daquele estudo todo que a gente fez com aqueles atores disponibilizar agora um documento final e eu ressalto que mesmo dentro do processo nós fizemos várias consultas, vários workshops sobre o Plano de Ação Climática, mas agora nós vamos fazer uma consulta pública a todos os atores nesse documento final que é o Plano de Ação Climática e logo em seguida quando a gente tiver um plano formalizado, implementar um comitê estadual de acompanhamento para que o estado consiga acompanhar todas aquelas ações previstas e eventualmente redirecionar ou tratar esforços para que a gente consiga cumprir a neutralização em 2050. Além disso iniciando um processo de apoio aos municípios na promoção da conformidade climática municipal, a gente sabe que os municípios, principalmente nas ações de adaptação à mudança climática, aos eventos críticos, eles são os atores principais, os que mais sofrem com esses eventos, e a ideia é poder trazer uma conformidade climática que o município possa discutir as ações não só de adaptação, mas de mitigação também, mas com o foco maior nas ações de adaptação e podendo trazer soluções, que sejam soluções mais baseadas inclusive na natureza, que é o que a gente vê como ações efetivas e não somente obras de engenharia que muitas vezes não dão a resposta adequada para esses eventos climáticos. Terminou a minha apresentação, queria agradecer a Valéria e me colocar à disposição para perguntas.” Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad: “Obrigado Renato pela sua apresentação. Está aberto aos Conselheiros caso queiram fazer algum esclarecimento. Thiago, do Conselho da Micro e Pequena Empresa. Por gentileza, Conselheiro Thiago.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Presidente eu queria registrar os parabéns à equipe do Sisema a todas essas realizações concluídas durante o ano de 2022 e ao trabalho feito por todos. Queria registrar alguns pontos que eu acho que foram de extrema importância e que eu destaco muito desse trabalho realizado. Um deles o

desempenho da Secretaria, Semad, IEF, Igam e todas as outras casas, na diminuição do passivo de processo de regularização ambiental, isso é de fundamental importância para o desenvolvimento sustentável do nosso estado. Outro ponto muito importante colocado por vocês foi a revisão da Resolução nº 3102 sobre intervenções ambientais que trouxe um grande avanço nessa política no Estado de Minas Gerais nesse ano. A 6ª edição do programa de fiscalização preventiva na indústria eu acho esse programa sensacional, comandado pela Semad e pela Polícia Militar, acho que é o grande caminho a respeito da política ambiental e da fiscalização, quando a gente vê uma redução na autuação e um aumento na regularização ambiental mostra que o estado de fato está no caminho certo buscando a regularização e não a punição, e isso é fundamental. A inclusão de mais de 160 novas camadas no IDE-Sisema é algo que traz uma publicidade muito grande sobre a política ambiental do estado, não só sobre a respeito das camadas, mas sobre a localização de todos os empreendimentos licenciados no Estado de Minas Gerais e isso mostra essa publicidade à população. Os planos de manejo aprovados na Câmara de Proteção a Biodiversidade, áreas protegidas aqui do Copam, elaborados pelo IEF, uma Câmara que eu também faço parte e entendo ser de grande importância para o Estado de Minas Gerais. Por último e não menos importante, claro, a participação do estado na COP 27 e todas as ações realizadas pela Feam e pela Semad na política de mudança do clima. Então queria registrar esses pontos para deixar os parabéns pela atuação do Sisema nesse ano de 2022. Obrigado Presidente.” Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad: “Obrigada Conselheiro Thiago. Mais algum inscrito? Mais nenhum Conselheiro para manifestar? Só deixar registrado que todas essas apresentações elas estarão disponíveis no nosso site. Vamos passar para o item **8) PROPOSTA DE AGENDA PARA AS REUNIÕES DO PLENÁRIO DO COPAM EM 2023. APRESENTAÇÃO: SEMAD.** Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad: “Os senhores receberam com antecedência, mantivemos as 4 reuniões dos anos anteriores, conforme eram propostas nos anos anteriores e nos mesmos meses também, sendo realizada em março, junho, setembro e a última em dezembro. Eu vou colocar em votação para que possamos aprovar esse cronograma, essa agenda caso não tenha nenhuma manifestação pelos Conselheiros. Está aberto, alguma manifestação? Sem manifestação, eu vou colocar a agenda do Plenário do Copam para 2023 em votação. Valéria, Semad, favorável. A Conselheira Ariel da Seapa, está presente? Conselheira Ariel Chaves Santana Miranda: “Sim. Favorável.” Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad: “Os Conselheiros, da Secult, Igor, da SEE, a Conselheira Augusta, da Seplag, Conselheira Camila, da SES, Conselheira Daniela e a Conselheira Henrique, da Seinfra, todos ausentes. Sedese, Conselheira Mariana? Vamos passar. Favorável, pelo chat. Conselheiro Frederico, ausente. Segov, Conselheiro Leorges? Vamos passar para a próxima. Conselheira Elisa, da SEF?” Conselheira Elisa Vieira Marques Brigagão Dias: “Favorável.” Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad: “O Conselheiro Major Eduardo, da Cedec? Conselheiro Major PM Eduardo Leal Silva: “Favorável.” Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad: “Conselheiro representante do Crea, Alírio, ausente. O Capitão Brito, da PMMG?” Conselheiro Capitão PM Adenilson Brito: “Favorável.” Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad: “O Conselheiro doutor Lucas, representante do MPMG, ausente. Conselheira Hilcélia, da ALMG?” Conselheira Hilcélia Reis Teixeira: “Favorável.” Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad: “O Conselheiro Pedro, representando do MMA, ausente. O Conselheiro Rodrigo, representa da AMM, ausente. ACMinas, Conselheiro Cleinis?” Conselheiro Cleinis de Faria e Silva: “Favorável.” Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad: “Conselheira Ana Paula, da Faemg?” Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello: “Favorável.” Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad: “O Conselheiro Flávio Roscoe, da Fiemg? Favorável pelo chat. Conselheiro Thiago, Conselho da Micro e Pequena Empresa? Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Favorável.” Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad: “Conselheiro Afonso da Fetaemg?” Conselheiro Afonso Correa Diana: “Favorável.” Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad: “Desculpe. Conselheiro Júlio do Ibram, ausente. Conselheiro Adriano Manetta, CMI, ausente. Conselheiro Flávia, da Abes?” Conselheira Flávia Parreira Mourão do Amaral: “Favorável.” Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad: “Conselheira Ana Beatriz, Promutuca? Ausente. Conselheiro Carlos, Cefet? Ausente. Professora Lavínia, da Uemg?” Conselheira Lavínia Rosa Rodrigues: “Favorável.” Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad: “Obrigada. Conselheiro Luiz Antônio, Ufla, ausente. Conselheiro João Augusto, da Assemg? Ausente. Conselheiro Rafael, da OAB, ausente. Conselheiro Celso, da ABRHidro, ausente. Conselheiro Leorges, Segov? Ausente no momento. Agenda aprovada com 14 votos favoráveis.” **9) ENCERRAMENTO.** Valéria Cristina Rezende, Secex/Semad: “Nada mais havendo a tratar, se nenhum Conselheiro tiver nenhuma manifestação eu vou declarar encerrada a 198ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental. Agradeço a participação de todos, muito obrigada.”

**Valéria Cristina Rezende**

Secretária Executiva designada para responder pela função e atribuições, próprias e delegadas,  
de Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Sustentável, conforme ato publicado em 20/01/2023



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Cristina Rezende, Secretária Executiva**, em 16/03/2023, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **62465274** e o código CRC **BE5AA5B2**.

**Referência:** Processo nº 1370.01.0009522/2023-26

SEI nº 62465274